

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – Exercício 2019

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e o presente Relatório da Administração: A Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. - EGR é uma empresa pública, vinculada à Secretaria dos Transportes do Estado do Rio Grande do Sul, criada em 29 de junho de 2012 (Lei nº 14.033/2012) para administrar as estradas com pedágio pertencentes ao Estado do Rio Grande do Sul. Após 15 anos de cobrança dos pedágios privados estabelecidos através do Programa Estadual de Concessão de Rodovias (PECR), o Governo do Estado debateu com a comunidade gaúcha um novo modelo de gestão de administração das estradas e estabeleceu um sistema público de pedagiamento em trechos anteriormente privados que foram colocados sob a gestão da EGR. O novo modelo consolidado tem como diferencial a criação de mecanismos permanentes de fiscalização pública, transparência e controle social, consulta às comunidades para as prioridades para cada localidade onde há alteração de modelo e ainda a destinação de todos os recursos arrecadados para as rodovias, com o objetivo de manter e melhorar seu estado de conservação. A arrecadação líquida dos pedágios teve aumento, em 2019, de 0,66% em relação ao exercício anterior, passando para o patamar de R\$ 237,5 milhões. O fluxo de veículos total em 2019 foi de 42,2 milhões, representando um aumento de 3,43 % em relação à 2018. As intervenções em manutenção e conservação atingiram o montante de R\$ 135,9 milhões, 9,83% menor do que 2018. Os investimentos somados à manutenção e conservação atingiram o montante de R\$ 174,6 milhões, o que representou 73,51% da receita operacional líquida. A EGR atua com um quadro de pessoal bastante reduzido e eficiente, sendo que a despesa de pessoal em 2019 representou 4,2 % da receita operacional líquida.

A EGR atua em 908,48 km de rodovias identificadas no quadro abaixo.

EGR Empresa Gaúcha de Rodovias		Quilometragem inicial e final, e extensão das rodovias da EGR pelos decretos nº 53.386 e nº 53.875			
Praça	Rodovia	Trecho	Km inicial	Km final	Extensão (km) Decreto
Campo Bom	ERS-239	Entr. BRS-116 (P/ Novo Hamburgo) – Riozinho (Fim TRV-Mun)	13,23	88,77	75,54
Portão	ERS-122	Entr. ERS-240 (Rincão do Cascalho) - Entr. ERS-446 (P/ São Vendelino)	0,00	39,09	39,09
	ERS-240	Entr. BRS-116 (Vila Scharlau) – Entr. RSC-287/470/ERS-124 (B) (P/ Montenegro)	0,00	33,58	33,58
	RSC-287	Entr. RSC-470 (A)/ERS-240 (Montenegro) - Entr. ERS-411 (P/ Bronchier)	0,00	7,11	7,11
Santo Antônio da Patrulha	ERS-474	Entr. BRS-290 (P/ Porto Alegre) - Entr. ERS-239 (Rolante)	0,00	32,64	32,64
Viamão	ERS-040	Entr. ERS-118 (P/ Passo do Flúza) – Entr. ERS-786 (Balneário Pinhal)	11,24	94,85	83,61
	ERS-784	Entr. ERS-786 (Cidreira) - Entr. ERS-040 (P/ Pinhal)	0,00	14,75	14,75
Flores da Cunha	ERS-122	Entr. RSC-453 (B) (Caxias do Sul) – Entr. ERS-437 (B) (Ipê)	80,04	129,71	49,67
Três Coroas	ERS-115	Entr. ERS-239 (P/ Taquara) - Entr. ERS-235 (Gramado)	0,00	41,97	41,97
Gramado	ERS-235	Entr. BRS-116 (P/Caxias do Sul - Início TRV-Mun) - Entr. ERS-115 (Gramado)	0,00	34,64	34,64
	ERS-235	Entr. ERS-115 (Gramado) – Canela (Fim Trv-Mun)	34,64	42,31	7,67
	ERS-466	Caracol - Entr. ERS-235 (P/ Canela)	0,00	7,22	7,22
São Francisco de Paula	ERS-235	ERS/235, Canela (Fim TRV-Mun) – Entr. ERS-020 (A) (Acesso sul à São Francisco de Paula)	42,31	76,32	34,01
	ERS-020	Entr. ERS-235 (B) (P/ Canela) – Acesso Norte à São Francisco de Paula	89,05	95,40	6,35
	ERS-020	Entr. ERS-235 (B) (P/ Canela) - Acesso à Três Coroas	67,18	89,05	21,87
Encantado	ERS-130	Entr. RSC-453 (A) (P/ Venâncio Aires) – Entr. ERS-129 (P/ Roca Sales)	69,19	97,27	28,08
	ERS-129	Entr. ERS-130 (P/ Arroio do Meio) - Entr. ERS-441 (Guaporé)	67,55	126,83	59,28
Boa Vista do Sul	RSC-453	Entr. BRS-386(B)/ERS-129 (Estrela) – Entr. RSC-470 (A) (Garibaldi)	37,97	96,18	58,21
	ERS-128	Entr. BRS-386 (B) (P/ Tabai) – Entr. RSC-453 (Teutônia)	13,89	30,27	16,38
Cruzeiro do Sul	RSC-453	Entr. RSC-287/ERS-244 (P/ Santa Cruz do Sul) – Entr. ERS-130 (A) (P/ Cruzeiro do Sul)	0,00	29,83	29,83
Venâncio Aires	RSC-287	Entr. BRS-386 (B) (Tabai) – Entr. BRS-471 (B) (P/ Santa Cruz)	28,03	104,65	76,62
Candelária	RSC-287	Entr. BRS-471 (B) (P/ Santa Cruz) – Entr. ERS-502 (P/ Contenda do Sul)	104,65	176,68	72,03
Coxilha	ERS-135	Entr. ERS-324 (Passo Fundo) – Entr. BRS-153 (A) (P/ Erechim)	0,00	78,33	78,33
Total					908,48

Em 2019 destacam-se as seguintes realizações:

1 – Implantação Plano Básico de Gestão Ambiental; 2 – Conclusão de terceira pista km 30 ao 35 na ERS-115; 3 – Conclusão do viaduto na ERS-040 no entroncamento com a ERS-118; 4 – Conclusão da duplicação da travessia urbana de Taquara km 52 a 54,5 na ERS-239.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2019.



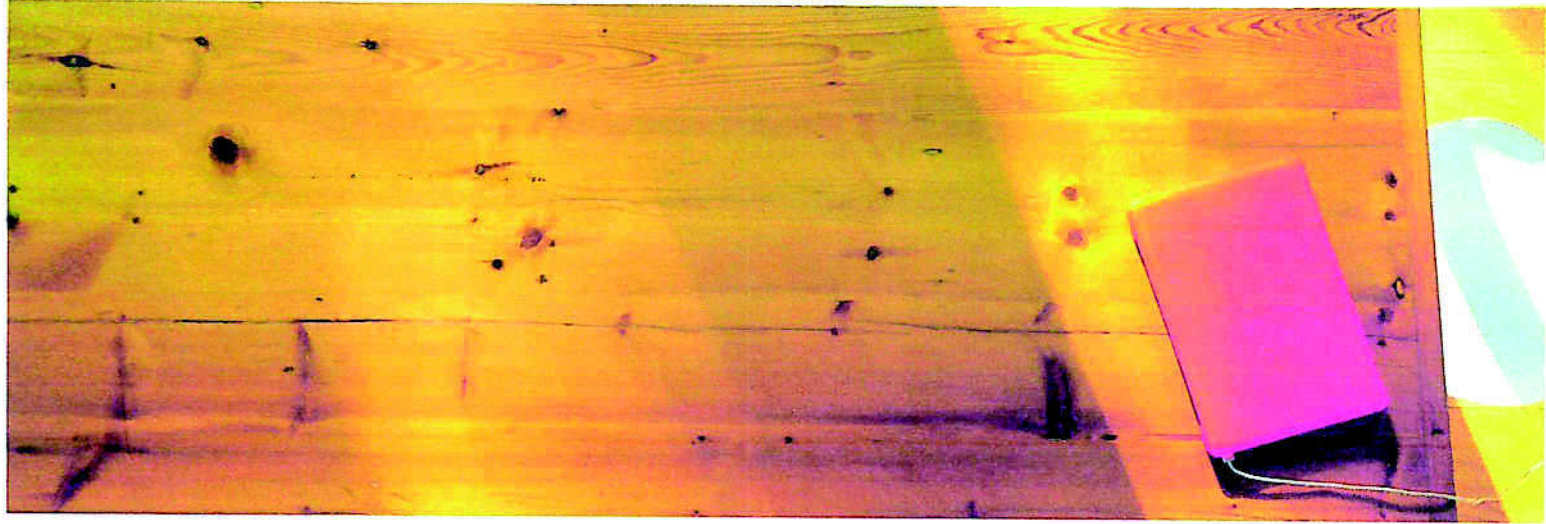
Urbano Schmitt
Diretor – Presidente
CPF nº 255.350.130-72



André Arnt
Diretor Adm. e Financeiro
CPF nº 367.654.810-87



Milton Cypel
Diretor Técnico
CPF nº 077.103.300-10



Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. - EGR

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2019
Com o relatório dos auditores independentes

EMPRESA GAÚCHA DE RODOVIAS S.A. - EGR

Demonstrações financeiras

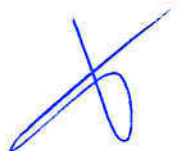
31 de dezembro de 2019

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras2

Demonstrações financeiras

Balanço patrimonial	7
Demonstração do resultado	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	10
Demonstração dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores da
Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. - EGR
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. - EGR, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. - EGR, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se este relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa, cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o



ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 15 de janeiro de 2021.

Crowe Consult Auditores Independentes

CRC PR002906/O



João Henrique Sperling Lubisco

Contador – CRC-RS067.188/O



Paulo Sergio da Silva

Contador – CRC PR029.121/O-0

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – Exercício 2019

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e o presente Relatório da Administração: A Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. – EGR, é uma empresa pública, vinculada à Secretaria dos Transportes do Estado do Rio Grande do Sul, criada em 29 de junho de 2012 (Lei nº 14.033/2012) para administrar as estradas com pedágio pertencentes ao Estado do Rio Grande do Sul. Após 15 anos de cobrança dos pedágios privados estabelecidos através do Programa Estadual de Concessão de Rodovias (PECR), o Governo do Estado debateu com a comunidade gaúcha um novo modelo de gestão de administração das estradas e estabeleceu um sistema público de pedagiamento em trechos anteriormente privados que foram colocados sob a gestão da EGR. O novo modelo consolidado tem como diferencial a criação de mecanismos permanentes de fiscalização pública, transparência e controle social, consulta às comunidades para as prioridades para cada localidade onde há alteração de modelo e ainda a destinação de todos os recursos arrecadados para as rodovias, com o objetivo de manter e melhorar seu estado de conservação. A arrecadação líquida dos pedágios teve aumento, em 2019, de 0,66% em relação ao exercício anterior, passando para o patamar de R\$ 237,5 milhões. O fluxo de veículos total em 2019 foi de 42,2 milhões, representando um aumento de 3,43 % em relação a 2018. As intervenções em manutenção e conservação atingiram o montante de R\$ 135,9 milhões, 9,83% menor do que 2018. Os investimentos somados à manutenção e conservação atingiram o montante de R\$ 174,6 milhões, o que representou 73,51% da receita operacional líquida. A EGR atua com um quadro de pessoal bastante reduzido e eficiente, sendo que a despesa de pessoal em 2019 representou 4,2 % da receita operacional líquida.

A EGR atua em 908,48 km de rodovias identificadas no quadro abaixo.

Quilometragem inicial e final, e extensão das rodovias da EGR pelos decretos nº 53.386 e nº 53.875

Praça	Rodovia	Trecho	Km inicial	Km final	Extensão (km) Decreto
Campo Bom	ERS-239	Entr. BRS-116 (P/ Novo Hamburgo) – Riozinho (Fim TRV-Mun)	13,23	88,77	75,54
Portão	ERS-122	Entr. ERS-240 (Rincão do Cascalho) - Entr. ERS-446 (P/ São Vendelino)	0,00	39,09	39,09
	ERS-240	Entr. BRS-116 (Vila Scharlau) – Entr. RSC-287/470/ERS-124 (B) (P/ Montenegro)	0,00	33,58	33,58
	RSC-287	Entr. RSC-470 (A)/ERS-240 (Montenegro) - Entr. ERS-411 (P/ Bronchier)	0,00	7,11	7,11
Santo Antônio da Patrulha	ERS-474	Entr. BRS-290 (P/ Porto Alegre) - Entr. ERS-239 (Rolante)	0,00	32,64	32,64
	ERS-040	Entr. ERS-118 (P/ Passo do Fiúza) – Entr. ERS-786 (Balneário Pinhal)	11,24	94,85	83,61
Viamão	ERS-784	Entr. ERS-786 (Cidreira) - Entr. ERS-040 (P/ Pinhal)	0,00	14,75	14,75
Flores da Cunha	ERS-122	Entr. RSC-453 (B) (Caxias do Sul) – Entr. ERS-437 (B) (Ipê)	80,04	129,71	49,67
Três Coroas	ERS-115	Entr. ERS-239 (P/ Taquara) - Entr. ERS-235 (Gramado)	0,00	41,97	41,97
Gramado	ERS-235	Entr. BRS-116 (P/Caxias do Sul - Início TRV-Mun) - Entr. ERS-115 (Gramado)	0,00	34,64	34,64
	ERS-235	Entr. ERS-115 (Gramado) – Canela (Fim Trv-Mun)	34,64	42,31	7,67
	ERS-466	Caracol - Entr. ERS-235 (P/ Canela)	0,00	7,22	7,22
São Francisco de Paula	ERS-235	ERS/235, Canela (Fim TRV-Mun) – Entr. ERS-020 (A) (Acesso sul à São Francisco de Paula)	42,31	76,32	34,01
	ERS-020	Entr. ERS-235 (B) (P/ Canela) – Acesso Norte à São Francisco de Paula	89,05	95,40	6,35
	ERS-020	Entr. ERS-235 (B) (P/ Canela) - Acesso à Três Coroas	67,18	89,05	21,87
Encantado	ERS-130	Entr. RSC-453 (A) (P/ Venâncio Aires) – Entr. ERS-129 (P/ Roca Sales)	69,19	97,27	28,08
	ERS-129	Entr. ERS-130 (P/ Arroio do Meio) - Entr. ERS-441 (Guaporê)	67,55	126,83	59,28
Boa Vista do Sul	RSC-453	Entr. BRS-386(B)/ERS-129 (Estrela) – Entr. RSC-470 (A) (Garibaldi)	37,97	96,18	58,21
	ERS-128	Entr. BRS-386 (B) (P/ Tabai) – Entr. RSC-453 (Teutônia)	13,89	30,27	16,38
Cruzeiro do Sul	RSC-453	Entr. RSC-287/ERS-244 (P/ Santa Cruz do Sul) – Entr. ERS-130 (A) (P/ Cruzeiro do Sul)	0,00	29,83	29,83
Venâncio Aires	RSC-287	Entr. BRS-386 (B) (Tabai) – Entr. BRS-471 (B) (P/ Santa Cruz)	28,03	104,65	76,62
Candelária	RSC-287	Entr. BRS-471 (B) (P/ Santa Cruz) – Entr. ERS-502 (P/ Contenda do Sul)	104,65	176,68	72,03
Coxilha	ERS-135	Entr. ERS-324 (Passo Fundo) – Entr. BRS-153 (A) (P/ Erechim)	0,00	78,33	78,33
Total					908,48



Em 2019 destacam-se as seguintes realizações:

1 – Implantação Plano Básico de Gestão Ambiental; 2 – Conclusão de terceira pista km 30 ao 35 na ERS-115; 3 – Conclusão do viaduto na ERS-040 no entroncamento com a ERS-118; 4 – Conclusão da duplicação da travessia urbana de Taquara km 52 a 54,5 na ERS-239.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2019.

Urbano Schmidt
Diretor – Presidente
CPF nº 255.350.130-72

André Arnt
Diretor Adm. e Financeiro
CPF nº 367.654.810-87

Milton Cypel
Diretor Técnico
CPF nº 077.103.300-10

Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. - EGR

Balança patrimonial dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em R\$ mil

	Nota	31/DEZ/19	31/DEZ/18
ATIVO CIRCULANTE		56.645	76.095
Disponível	4	48.027	67.178
Realizável a curto prazo		8.618	8.917
Arrecadação das praças		8.484	8.773
Outros valores a receber		134	144
ATIVO NÃO CIRCULANTE		144.180	112.351
Realizável a longo prazo		34.522	41.647
Créditos e valores	6	3	11.343
Impostos a recuperar	5	12.975	12.864
Depósitos judiciais	7	21.508	17.404
Outros créditos		36	36
Imobilizado	8	1.730	1.069
Intangível	8	107.928	69.635
TOTAL DO ATIVO		200.825	188.446

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. - EGR

Balanço patrimonial dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em R\$ mil

	Nota	31/DEZ/19	31/DEZ/18
PASSIVO CIRCULANTE		91.223	84.497
Obrigações trabalhistas		1.193	1.336
Fornecedores	9	16.574	22.802
Obrigações fiscais		72.289	59.168
Tributos e contribuições federais	10	3.103	3.660
Tributos municipais	11	59.184	48.207
Outras obrigações a pagar	12	10.002	7.301
Outras obrigações		703	269
Provisão para penalidades contratuais		464	922
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		22.584	17.302
Exigível a longo prazo		22.584	17.302
Tributos e contribuições federais	7	21.384	17.302
Provisão para contingência	13	1.200	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		87.018	86.647
Capital Social	14.1	43.584	43.584
Capital subscrito		44.084	44.084
(-) Capital a integralizar		-500	-500
Reserva de Lucros	14.3	43.434	43.063
TOTAL DO PASSIVO		200.825	188.446

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. - EGR

Demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em R\$ mil

	Nota	31/DEZ/19	31/DEZ/18
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	15	237.595	236.034
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	16	(197.224)	(212.698)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		40.371	23.336
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		395	351
DESPESAS OPERACIONAIS	17	(35.824)	(24.067)
LUCRO/PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		4.942	(380)
Receitas financeiras	18	1.141	2.024
Despesas financeiras	18	(25)	(1)
RESULTADO ANTES DO IRPJ E CSLL		6.058	1.643
Provisão IRPJ		(4.175)	-
Provisão CSLL		(1.512)	-
LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		371	1.643
LUCRO/PREJUÍZO POR AÇÃO		0,01	0,05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. - EGR

Demonstração das mutações do patrimônio líquido do período de 31 de dezembro de 2019 a 31 de dezembro de 2018

Em R\$ mil

	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		Reserva Legal	Reserva Ret. Lucros		
Saldo em 31.12.2017	37.753	3.015	44.303	-	85.071
Integralização	5.831	-	-	-	5.831
Lucro/Prejuízo líquido exercício	-	-	-	1.643	1.643
Destinação :					
Reserva legal	-	82	-	(82)	-
Reserva retenção lucros (-)JSCP	-	-	1.561 (5.898)	(1.561)	- (5.898)
Saldo em 31.12.2018	43.584	3.097	39.966	-	86.647
Lucro/Prejuízo líquido exercício	-	-	-	371	371
Destinação :					
Reserva legal	-	19	-	(19)	-
Reserva retenção lucros	-	-	352	(352)	-
Saldo em 31.12.2019	43.584	3.116	40.318	-	87.018

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. - EGR

Demonstração dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em R\$ mil

Fluxo de Caixa Operacional	31/DEZ/19	31/DEZ/18
Lucro líquido	371	1.643
Despesas com depreciação	358	183
Despesas com amortização	2.174	887
<u>Aumento/Diminuição do ativo</u>		
Arrecadação das praças	289	1.937
Adiantamentos	1	49
Valores a receber	9	45
Dépósitos judiciais	-	(21)
Despesas antecipadas	-	32
Valores a receber longo prazo	11.340	(360)
Depósitos judiciais longo prazo	(4.104)	(5.169)
Aumento/Diminuição de impostos a recuperar	(111)	(6.936)
<u>Aumento/Diminuição do passivo</u>		
Obrigações trabalhistas	(143)	(60)
Fornecedores	(6.228)	5.711
Obrigações fiscais	13.121	11.549
Outras contas a pagar	518	93
Adiantamento de clientes	(84)	-
Provisões	742	799
Imposto de renda pessoa jurídica longo prazo	4.082	5.166
Caixa líquido atividades operacionais	22.335	15.548
Fluxo de caixa investimentos		
Aquisição de imobilizado	(1.020)	(180)
Aquisição de intangível	(40.466)	(26.903)
Caixa líquido atividades investimentos	(41.486)	(27.083)
Fluxo de caixa financiamentos		
Integralização de capital	-	5.831
JSCP	-	(5.898)
Caixa líquido atividades financiamentos	-	(67)
Redução líquido de caixa e equivalente de caixa	(19.151)	(11.602)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	67.178	78.780
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	48.027	67.178

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Informações Gerais

A Empresa Gaúcha de Rodovias – EGR, é uma empresa pública (sociedade anônima de capital fechado), autorizada pela Lei Estadual nº 14.033 de 29/06/2012 e vinculada à Secretaria dos Transportes, é regida pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 49.593 de 19/09/2012. A EGR tem como objeto social a exploração da infraestrutura rodoviária mediante a cobrança de pedágios públicos, a exploração da infraestrutura poderá ser realizada em quaisquer rodovias pertencentes ao sistema Rodoviário do Estado do Rio Grande do Sul diante de outorga do governo do estado. Atualmente empresa está autorizada pelo governo do estado por tempo indeterminado a administrar 14 praças de pedágio, aplicando seus recursos em 16 rodovias, abrangendo 63 municípios do estado. No exercício de 2019, a empresa iniciou a implantação de um sistema integrado de gestão que resultou na revisão e melhoria de todos os seus processos internos.



Quilometragem inicial e final, e extensão das rodovias da EGR pelos decretos nº 53.386 e nº 53.875

Praça	Rodovia	Trecho	Km inicial	Km final	Extensão (km) Decreto
Campo Bom	ERS-239	Entr. BRS-116 (P/ Novo Hamburgo) – Riozinho (Fim TRV-Mun)	13,23	88,77	75,54
Portão	ERS-122	Entr. ERS-240 (Rincão do Cascalho) – Entr. ERS-446 (P/ São Vendelino)	0,00	39,09	39,09
	ERS-240	Entr. BRS-116 (Vila Scharlau) – Entr. RSC-287/470/ERS-124 (B) (P/ Montenegro)	0,00	33,58	33,58
	RSC-287	Entr. RSC-470 (A)/ERS-240 (Montenegro) – Entr. ERS-411 (P/ Bronchier)	0,00	7,11	7,11
Santo Antônio da Patrulha	ERS-474	Entr. BRS-290 (P/ Porto Alegre) – Entr. ERS-239 (Rolante)	0,00	32,64	32,64
Viamão	ERS-040	Entr. ERS-118 (P/ Passo do Fiúza) – Entr. ERS-786 (Balneário Pinhal)	11,24	94,85	83,61
	ERS-784	Entr. ERS-786 (Cidreira) – Entr. ERS-040 (P/ Pinhal)	0,00	14,75	14,75
Flores da Cunha	ERS-122	Entr. RSC-453 (B) (Caxias do Sul) – Entr. ERS-437 (B) (Ipê)	80,04	129,71	49,67
Três Coroas	ERS-115	Entr. ERS-239 (P/ Taquara) – Entr. ERS-235 (Gramado)	0,00	41,97	41,97
Gramado	ERS-235	Entr. BRS-116 (P/Caxias do Sul - Início TRV-Mun) – Entr. ERS-115 (Gramado)	0,00	34,64	34,64
	ERS-235	Entr. ERS-115 (Gramado) – Canela (Fim Trv-Mun)	34,64	42,31	7,67
	ERS-466	Caracol – Entr. ERS-235 (P/ Canela)	0,00	7,22	7,22
São Francisco de Paula	ERS-235	ERS/235, Canela (Fim TRV-Mun) – Entr. ERS-020 (A) (Acesso sul à São Francisco de Paula)	42,31	76,32	34,01
	ERS-020	Entr. ERS-235 (B) (P/ Canela) – Acesso Norte à São Francisco de Paula	89,05	95,40	6,35
	ERS-020	Entr. ERS-235 (B) (P/ Canela) – Acesso à Três Coroas	67,18	89,05	21,87
Encantado	ERS-130	Entr. RSC-453 (A) (P/ Venâncio Aires) – Entr. ERS-129 (P/ Roca Sales)	69,19	97,27	28,08
	ERS-129	Entr. ERS-130 (P/ Arroio do Meio) – Entr. ERS-441 (Guaporé)	67,55	126,83	59,28
Boa Vista do Sul	RSC-453	Entr. BRS-386(B)/ERS-129 (Estrela) – Entr. RSC-470 (A) (Garibaldi)	37,97	96,18	58,21
	ERS-128	Entr. BRS-386 (B) (P/ Tabai) – Entr. RSC-453 (Teutônia)	13,89	30,27	16,38
Cruzeiro do Sul	RSC-453	Entr. RSC-287/ERS-244 (P/ Santa Cruz do Sul) – Entr. ERS-130 (A) (P/ Cruzeiro do Sul)	0,00	29,83	29,83
Venâncio Aires	RSC-287	Entr. BRS-386 (B) (Tabaí) – Entr. BRS-471 (B) (P/ Santa Cruz)	28,03	104,65	76,62
Candelária	RSC-287	Entr. BRS-471 (B) (P/ Santa Cruz) – Entr. ERS-502 (P/ Contenda do Sul)	104,65	176,68	72,03
Coxilha	ERS-135	Entr. ERS-324 (Passo Fundo) – Entr. BRS-153 (A) (P/ Erechim)	0,00	78,33	78,33
Total					908,48

2. Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), além das normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.1 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Essas demonstrações contábeis são preparadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa.



3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1 Reconhecimento de Receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável.

Receita de pedágio – As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio pré e pós-pagos, são registrados no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receita de rendimento de aplicações financeiras – Os rendimentos referentes às aplicações financeiras (SIAC – Sistema de Integrado de Administração de Caixa) são registrados como receita financeira, apropriadas mensalmente, sempre calculadas até o encerramento do mês.

3.2 Regime de Contabilização

As receitas e despesas foram apropriadas com base no regime de competência.

3.3 Disponibilidades

São compostas pelo caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo de alta liquidez, utilizados para cumprimento de obrigações de curto prazo.

3.4 Impostos

Os impostos são calculados de acordo com a Legislação Tributária em vigor. O Tribunal Regional Federal da 4ª Região em decisão de 1º grau no processo nº 5019554-33.2014.404.7100/RS, na data de 12/07/2018, reconheceu a aplicação da imunidade recíproca em relação ao IRPJ à EGR.

3.5 Instrumentos Financeiros

A Companhia possui apenas aplicações financeiras no SIAC que registra mensalmente o seu rendimento. A Companhia não possui nenhum outro instrumento financeiro ou contratos de financiando.

3.6 Ativo Imobilizado

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.



3.7 Ativos intangíveis

A Companhia possui registrado como ativos intangíveis obras realizadas na malha rodoviária e direitos de uso de softwares, ambos registrados ao custo de aquisição deduzidos da amortização.

3.8 Impairment

A Companhia realiza a revisão anual e na revisão do exercício de 2019 não se constatou necessidade de registrar provisão.

3.9 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

3.10 Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras a administração pode fazer uso de estimativas para realizar os registros contábeis, caso seja necessário fazer uso de estimativas estas são reconhecidas no exercício e revisadas periodicamente.

3.11 Gestão de riscos

Os riscos relacionados a possíveis problemas relacionados a estrutura das rodovias são monitorados por meio de visitas periódicas realizadas por engenheiros e empresas contratadas.

Na sua operação a Companhia tem um pequeno risco de inadimplência que está relacionado diretamente a violação dos pedágios, atualmente a violação representa 0,05% da receita bruta.

4. Disponível

Os saldos do disponível estão assim distribuídos.

	31/DEZ/19	31/DEZ/18
Numerário em Caixa	6	5
Banco Conta Corrente	3.077	2.170
Aplicações	44.944	65.003
Total	48.027	67.178

5. Impostos a Recuperar

Os saldos de impostos a recuperar do exercício de 2019 estão assim distribuídos.

	31/DEZ/19	31/DEZ/18
IRRF a Recuperar	17	17
CSLL a Recuperar	3.251	3.342
IRPJ a Recuperar	9.707	9.505
Total	12.975	12.864

6. Créditos e Valores

Os valores registrados como Valores Rejeitados Indevidamente representam valores registrados no sistema de arrecadação e não pagos pela gestora de pagamentos eletrônicos, Estes valores estão em cobrança judicial nos processos judiciais que tramitam na 5ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre nº 9043277-21.2018.8.21.0001 e na 3ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre nº 9012817-51.2018.8.21.0001. No exercício de 2019 foram constituídas provisões para possíveis perdas desses processos.

	31/DEZ/19	31/DEZ/18
Valores Rejeitados Indevidamente	11.341	11.341
Provisão para Perda	(11.341)	-
Despesas Reembolsáveis	3	2
Total	3	11.343

7. Depósitos Judiciais

A Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. – EGR, através de ação ordinária nº 5019554-33.2014.404.7100/RS está discutindo a imunidade do IRPJ e está efetuando os pagamentos mensais via depósitos judiciais, em conta designada pela justiça. Para evidenciar os valores depositados, efetuou-se o registro no realizável a longo prazo e correspondente obrigação no exigível a longo prazo.

ATIVO

	31/DEZ/19	31/DEZ/18
DJ – Imposto de Renda 2014	3.762	3.762
DJ – Imposto de Renda 2015	2.858	2.858
DJ – Imposto de Renda 2016	4.091	4.091
DJ – Imposto de Renda 2017	1.425	1.425
DJ – Imposto de Renda 2018	5.166	5.166
DJ – Imposto de Renda 2019	4.082	-
Outros Depósitos	124	102
Total	21.508	17.404

PASSIVO

	31/DEZ/19	31/DEZ/18
DJ – Imposto de Renda 2014	3.762	3.762
DJ – Imposto de Renda 2015	2.858	2.858
DJ – Imposto de Renda 2016	4.091	4.091
DJ – Imposto de Renda 2017	1.425	1.425
DJ – Imposto de Renda 2018	5.166	5.166
DJ – Imposto de Renda 2019	4.082	-
Total	21.384	17.302

8. Imobilizado e Intangível

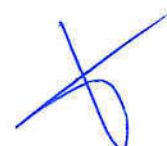
Os bens adquiridos pela Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. – EGR, estão demonstrados pelo valor do custo de aquisição e a depreciação foi calculada pelo método linear pelas taxas vigentes.

IMOBILIZADO	Saldo no início do exercício	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo no final do exercício
Móveis e utensílios	168	-	(1)	(28)	139
Máquinas	5	-	-	(1)	4
Equipamentos	641	92	-	(88)	644
Computadores e periféricos	277	1.011	-	(230)	1.058
Impressoras	43	8	-	(11)	40
Imob. Pred. 3º	90	63	(153)	-	-
(-) Perda valor não recuperável	(155)	-	-	-	(155)
Total	1.069	1.174	(154)	(358)	1.730

INTANGÍVEL	Saldo no início do exercício	Aquisições	Baixas	Amortização	Saldo no final do exercício
Software	402	-	-	(241)	161
Imóveis	17.303	44.494	-	(1.933)	59.864
Obras em andamento	50.948	38.702	(44.519)	-	45.131
Projetos	982	1.988	(198)	-	2.772
Total	69.635	85.184	44.717	(2.174)	107.928

TOTAL IMOB. E INTAG.	70.704	86.359	44.871	(2.532)	109.658
-----------------------------	---------------	---------------	---------------	----------------	----------------

No intangível, na conta de Imóveis e Obras em Andamento, estão registrados valores de obras viárias, tais como acessos, passarelas e duplicações em estradas estaduais, executadas pela Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. - EGR, amortizados a taxa de 4% ao ano nas condições estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 04, que trata especificamente sobre este item patrimonial. Abaixo as taxas de depreciação utilizadas pela Companhia:



	Taxa de depreciação/amortização
Móveis e utensílios	10%
Máquinas	10%
Equipamentos	10%
Computadores e periféricos	20%
Impressoras	20%
Software	20%
Imóveis	4%
Obras em andamento	0%

8.1 Imobilizado Recebido do DAER-RS – Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem

No início de suas operações no ano de 2012, a EGR utilizou os bens que já se encontravam na estrutura das praças de pedágio, estes bens não foram incorporados ao patrimônio da EGR, pois eles foram cedidos para o uso, mas até o presente momento não foi elaborado nenhum termo oficializando isto, apesar de solicitação da Procuradoria Geral do Estado através do processo administrativo 18049600018289, mesmo não constando no patrimônio da EGR, a gestão destes bens é realizada por empresa contratada especificamente para este fim.

9. Fornecedores

	<u>31/DEZ/19</u>	<u>31/DEZ/18</u>
Serviço de Arrecadação	3.824	3.233
Serviço de Manutenção e Conservação	6.978	6.265
Fornecimento de Asfalto	4.439	8.128
Outros Fornecedores	1.333	5.176
Total	16.574	22.802
Valores a vencer em até 30 dias	16.574	22.802

10. Tributos e Contribuições Federais

	<u>31/DEZ/19</u>	<u>31/DEZ/18</u>
PIS a Recolher	156	156
COFINS a Recolher	721	719
IR Terceiros	163	272
INSS Terceiros	640	818
PIS/COFINS/CSLL Terceiros	1.423	1.695
Total	3.103	3.660

11. Tributos Municipais

O ISSQN sobre o faturamento devido pela EGR é mensalmente registrado em conta do passivo circulante, mas não ocorreu pagamento em 2019, pois a matéria está sendo discutida no âmbito jurídico quanto à imunidade tributária. Pelo princípio da prudência, os valores totalizando R\$ 11.091.564 foram registrados no passivo que já acumula R\$ 58.903.349, referente aos exercícios de 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019. No exercício de 2017 ocorreu decisão judicial favorável à EGR no município de Candelária, o valor correspondente a esta prefeitura foi baixado da contabilidade em uma conta redutora das deduções no mês em que se deu a decisão.

	31/DEZ/19	31/DEZ/18
ISSQN Terceiros	281	395
ISSQN Faturamento	58.903	47.812
Total	59.184	48.207

12. Outras Obrigações a Pagar

Em 31/12/2018, a Companhia, conforme prevê a legislação fiscal, optou por efetuar, a título de remuneração de seus acionistas, o crédito de juros sobre o capital próprio, apurado com base na variação da TJLP sobre o patrimônio líquido, cujo montante no exercício totalizou o valor de R\$ 5.898. Valor registrado na conta Juros Capital Próprio a Pagar pertencente à conta sintética Outras Contas a Pagar. Os demais valores registrados nas Outras Obrigações a Pagar são provenientes do processo de implantação de ERP pela EGR que necessita da utilização da conta Outras Contas a Pagar, como uma conta transitória para a realização da liquidação dos pagamentos do mês de dezembro.

	31/DEZ/19	31/DEZ/18
Juros s/Capital Próprio a Pagar	5.898	5.898
Outras Contas a Pagar	4.104	1.403
Total	10.002	7.301

13. Provisão para Contingências

No exercício de 2019, em virtude crescimento das ações judiciais contra a EGR, foi constituída uma provisão para contingências resultantes destes processos. Utilizamos como base para constituição dessa provisão a série histórica de desembolsos realizados, utilizamos este método pois a informação fornecida pela assessoria jurídica não foi suficiente para a apuração do valor justo desta provisão.

	31/DEZ/19	31/DEZ/18
Provisão para Contingências	1.200	-
Total	1.200	-



14. Patrimônio Líquido

14.1 Capital Social

O capital social é de R\$ 43.583.815,59 (Quarenta e três milhões, quinhentos e oitenta e três mil, oitocentos e quinze reais e cinquenta e nove centavos), dividido em 31.000.000 (trinta e um milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. O Capital Social previsto no Estatuto da Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. – EGR, publicado em 19 de setembro de 2012 através do Decreto nº 49.593, era de R\$ 1.000.000,00 sendo R\$ 500.000,00 integralizados. Houve a subscrição do capital social em dezembro de 2013 no valor de R\$ 30.000.000,00 com base na Lei nº 14.372 de 13 de dezembro de 2013 e no Decreto nº 51.034 de 17 de dezembro de 2013 e integralizado em 2014.

14.2 Remuneração dos Investidores

No exercício de 2019 não serão distribuídos dividendos, tendo em vista que a política da Empresa é de aplicar nas rodovias sob sua administração todos os recursos que arrecada, situação expressa em sua lei de criação LEI N.º 14.033, de 29 de Junho de 2012 no art.7º : "§ 2º A receita referida no inciso I deste artigo será depositada em conta da Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. - EGR específica para cada praça de pedágio, devendo ser aplicada integralmente nas obras, serviços e demais investimentos na rodovia onde houve a arrecadação, deduzidos custos operacionais e tributários".

14.3 Reserva de Lucros

Na reserva de retenção de lucros de 2019 foi adicionado o valor de R\$ 352 referente ao lucro do exercício e na reserva legal houve o acréscimo de R\$ 15.

	31/DEZ/19	31/DEZ/18
Retenção De Lucro	46.216	45.864
JSCP	(5.898)	(5.898)
Reserva Legal	3.116	3.097
Total	43.434	43.063

15. Receita

Em atendimento ao CPC 26, a demonstração do resultado do exercício é apresentada a partir da receita líquida. Os valores decorrentes das deduções da receita bruta estão demonstrados a seguir:

	31/DEZ/19	31/DEZ/18
Receita de Arrecadação	298.811	296.995
(-) Deduções sobre a receita	(61.216)	(60.961)
PIS	(1.689)	(1.683)
COFINS	(7.797)	(7.767)
ISSQN	(11.092)	(11.049)
Isentos	(3.521)	(3.564)
Multipassagem	(9.732)	(9.693)
Isentados	(27.245)	(27.024)
Violação	(140)	(181)
Receita Operacional Líquida	237.595	236.034

16. Custos dos Serviços Prestados

	31/DEZ/19	31/DEZ/18
Custos Operacionais	(197.224)	(212.698)
Manutenção e Conservação Rodovias	(151.498)	(169.913)
Arrecadação e Manutenção de Instalações	(41.923)	(40.372)
Convênios	(3.750)	(2.393)
Outros custos	(53)	(20)

17. Despesas Operacionais

No exercício de 2019 foram constituídas provisões (notas explicativas 6 e 13) que ocasionou o aumento nas despesas administrativas.

Conforme estabelece o CPC 26, segue a abertura das despesas por natureza:

	31/DEZ/19	31/DEZ/18
Despesas Operacionais		
(-) Deduções sobre a receita	(35.824)	(24.067)
Despesas Administrativas	(24.069)	(8.032)
Despesas com Pessoal	(10.009)	(10.933)
Despesas Comerciais	(1.746)	(2.188)
Doações	-	(2.914)



18. Resultado Financeiro

O resulta financeiro apresenta a seguinte composição:

	31/DEZ/19	31/DEZ/18
Receita Financeira	1.141	2.024
Juros Ativos	1	7
Remuneração Financeira SIAC	820	1.358
Descontos Obtidos	302	549
Variação Monetária Ativa	18	110
Despesas Financeira	(25)	(1)
Encargos e Juros de Mora	(5)	-
Variação Monetária Passiva	(20)	(1)

19. COVID-19

Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus ("COVID-19") foi relatado em Wuhan China. A Organização Mundial da Saúde declarou o COVID-19 como uma "Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional". Em 31/JAN/20, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o COVID-19 é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Os impactos futuros do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente.

A administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Empresa, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os seus impactos nas operações e nas demonstrações contábeis.

20. Autorização para Conclusão das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração da Empresa e autorizadas para divulgação em 15/JAN/21.

Urbano Schmitt
Diretor – Presidente
CPF nº 255.350.130-72

André Arnt
Diretor Adm. e Financeiro
CPF nº 367.654.810-87

Milton Cypel
Diretor Técnico
CPF nº 077.103.300-10

Marco Aurélio Lanzoni
Contador CRC/RS 083621
CPF nº 825.012.200-30

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O conselho de Administração da Empresa Gaúcha de Rodovias S.A., tendo examinado o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa e demais documentos da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2018 e 2019, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e tendo presente o teor do Relatório dos Auditores Independentes, manifesta-se pela aprovação, por unanimidade de votos, do conjunto de Demonstrações e Financeiras e, ainda, sem distribuição de dividendos, e que os lucros sejam incorporados na reserva de retenção de lucros.

Porto Alegre, 28 de Julho de 2021.

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EGR


João Stefanés Machado- Presidente
Secretaria de Logística e Transportes


Mário Rache Freitas
Secretaria do Planejamento,
Mobilidade e Desenvolvimento Regional

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA EMPRESA GAÚCHA DE
RODOVIAS S/A – EGR

ATA 102

LOCAL, DATA E HORA: em conformidade com os Decretos Estaduais 55.115/2020, 55.118/2020, 55.128/2020, 55.130/2020 e da Resolução SELT 01/2020 (constam no site da EGR), que tratam dos procedimentos a serem adotados para prevenir a transmissão da COVID-19, e que estabelecem o regime excepcional de teletrabalho e de plantão extraordinário enquanto perdurar os efeitos da pandemia da COVID-19, a reunião dia 20 de agosto de 2021, às 12h00min, ocorreu de forma remota. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Conselheiros João Ângelo Miron Neto, Paulo Cesar Santana Nunes e Vanderlan Frank Carvalho Como convidados o Gerente Contábil Marco Lanzoni e a Sra. Marielle Lopes Dutra, que secretariou a reunião. **I – CONVOCAÇÃO:** os Conselheiros foram convocados através de correspondência eletrônica, na forma do Artigo 15 do Regimento Interno e o recebimento foi confirmado por telefone. **II – EXPEDIENTE:** o Presidente do Conselho Fiscal, Sr. Paulo Cesar Santana Nunes, saudou a todos os presentes e declarou instalada a reunião, apresentando a pauta do dia. **III – ORDEM DO DIA:** a) análise e deliberações sobre a documentação apresentada pela Companhia, especialmente às Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2019, respectivamente; b) assuntos gerais. **IV - DELIBERAÇÕES:** a¹) em atendimentos às disposições legais e estatutária o Conselho Fiscal examinou as Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, emanando o seguinte parecer: **PARECER DO CONSELHO FISCAL:** *“Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Empresa Gaúcha de Rodovias S/A - EGR, nos termos da lei e dos estatutos sociais, examinamos o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado e demais demonstrações contábeis do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, todas em comparabilidade ao exercício social de 2017. Da análise procedida, concluiu-se que as Demonstrações Financeiras, lidas em conjunto com as Notas Explicativas, o Relatório da Administração, o Relatório dos Auditores Independentes e, as manifestações deste Colegiado proferidas em relatórios de suas Reuniões Ordinárias, representam a posição econômico-financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2018, a exceção das incertezas quanto aos efeitos patrimoniais e financeiros que possam advir do Procedimento Fiscal de nº 1010100.2017.00475, que teve como sujeito passivo a Companhia, lavrado em 09 de novembro de 2018 pela Receita Federal do Brasil, relativos aos lançamentos de débitos referentes ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido. Os Conselheiros Fiscais não tiveram conhecimento de outros fatos ou evidências que indiquem que as informações incluídas na Demonstrações Financeiras e nas correspondentes Notas Explicativas não possam ser submetidas às deliberações da Assembleia Geral Ordinária de Acionista. Opinamos, ainda, favoravelmente sobre a Proposta de destinação do Lucro, oriunda dos Órgãos da Administração da Companhia, a qual não contempla a distribuição de dividendos ou de juros sobre o capital próprio ”.* a²) em atendimentos às disposições legais e estatutária o Conselho Fiscal examinou as Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, emanando o seguinte parecer: **PARECER DO CONSELHO FISCAL:** *“Na qualidade de membros do Conselho Fiscal*

42 da Empresa Gaúcha de Rodovias S/A - EGR, nos termos da lei e dos estatutos sociais, examinamos o
43 Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado e demais demonstrações contábeis do exercício
44 social encerrado em 31 de dezembro de 2019, todas em comparabilidade ao exercício social de
45 2018. Da análise procedida, concluiu-se que as Demonstrações Financeiras, lidas em conjunto com
46 as Notas Explicativas, o Relatório da Administração, o Relatório dos Auditores Independentes e, as
47 manifestações deste Colegiado proferidas em relatórios de suas Reuniões Ordinárias, representam a
48 posição econômico-financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2019, a exceção das incertezas
49 quanto aos efeitos patrimoniais e financeiros que possam advir do Procedimento Fiscal de nº
50 1010100.2017.00475, que teve como sujeito passivo a Companhia, lavrado em 09 de novembro de
51 2018 pela Receita Federal do Brasil, relativos aos lançamentos de débitos referentes ao Imposto de
52 Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido. Os Conselheiros Fiscais
53 não tiveram conhecimento de outros fatos ou evidências que indiquem que as informações incluídas
54 na Demonstrações Financeiras e nas correspondentes Notas Explicativas não possam ser
55 submetidas às deliberações da Assembleia Geral Ordinária de Acionista. Opinamos, ainda,
56 favoravelmente sobre a Proposta de destinação do Lucro, oriunda dos Órgãos da Administração da
57 Companhia, a qual não contempla a distribuição de dividendos ou de juros sobre o capital próprio ”.
58 a³) de acordo com o que restou ajustado na Ata de nº 26 do Conselho Fiscal,
59 realizada em 21 de maio de 2015, ratificado na ata de nº 70 de 24 de janeiro de
60 2019, relativamente à aferição da forma e dos procedimentos relativos aos
61 instrumentos contratuais celebrados pela Companhia, o Conselheiro Presidente
62 questionou quanto à conformidade dos mesmos com as normas aplicáveis,
63 oportunidade em que os Conselheiros João Ângelo Miron Neto e Vanderlan Frank
64 Carvalho informaram ter examinado os referidos instrumentos, manifestando-se
65 pela sua conformidade. **V – Assuntos Gerais:** não foram tratados assuntos de natureza
66 geral. **VI – ENCERRAMENTO :** nada mais havendo a ser tratado, foi dada por encerrada a
67 reunião e dela lavrada a Ata que, após lida e considerada conforme, foi assinada por todos
68 os Conselheiros presentes.

69 **MEMBROS DO CONSELHO FISCAL DA EGR**

70
71 Paulo Cesar Santana Nunes
72 Conselheiro Presidente

73
74 
75
76 João Ângelo Miron Neto
Conselheiro

77

Vanderlan Frank Carvalho
Conselheiro

DOCUMENTO ASSINADO POR	DATA	CPF/CNPJ	VERIFICADOR
Paulo Cesar Santana Nunes	24/08/2021 17:13:53 GMT-03:00	13919849000	Assinatura válida

Documento Assinado Digitalmente



Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA E ESTATUTÁRIO – CAE

Exercício de 2019

Em cumprimento ao que determina a Lei Federal nº 13.303, de 30/06/2016, conforme segue:

“Art. 24. A empresa pública e a sociedade de economia mista deverão possuir em sua estrutura societária Comitê de Auditoria Estatutário como órgão auxiliar do Conselho de Administração, ao qual se reportará diretamente.

§ 1º Competirá ao Comitê de Auditoria Estatutário, sem prejuízo de outras competências previstas no estatuto da empresa pública ou da sociedade de economia mista:

VII - elaborar relatório anual com informações sobre as atividades, os resultados, as conclusões e as recomendações do Comitê de Auditoria Estatutário, registrando, se houver, as divergências significativas entre administração, auditoria independente e Comitê de Auditoria Estatutário em relação às demonstrações financeiras;”

E em cumprimento ao que determina o Regimento Interno do CAE:

9º – Compete ao Comitê de Auditoria Estatutário:

VI - elaborar relatório anual com informações sobre as atividades, os resultados, as conclusões e as suas recomendações, registrando, se houver, as divergências significativas entre si e a Administração e/ou a auditoria independente em relação às demonstrações financeiras.

O CAE apresenta, a seguir, o seu Relatório Anual relativo a 2019.

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA E ESTATUTÁRIO - CAE

Exercício de 2019

A Empresa Gaúcha de Rodovias S/A – EGR, é uma empresa pública autorizada pela Lei Estadual nº 14.033, de 29 de junho de 2012 e vinculada à Secretaria de Logística e Transportes do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. É regida pelo seu Estatuto aprovado pelo Decreto nº 49.593, de 19 de setembro de 2012 e alterações.

A EGR administra 14 praças de pedágio que abrangem mais de 900 quilômetros de rodovias gaúchas.



A EGR tem por objetivo realizar a manutenção e os investimentos necessários nos trechos sob sua jurisdição.

O contexto em 2019

O ano inicia com a decisão firme da Diretoria de reduzir os custos da Administração Centralizada, através do projeto de transferência da Sede Administrativa da EGR para o prédio do DAER – um imóvel próprio do Estado, objetivando a eliminação dos custos de locação do atual endereço, racionalização dos espaços, das rotinas operacionais e mais próximo e integrado à Secretaria de Logística e Transportes do Estado.

Contratação do projeto e aquisição dos equipamentos e contratação dos serviços necessários à adequação dos novos espaços está em curso.

A atividade operacional manteve seu ritmo e as praças mantiveram a sua rotina operacional, com exceção da Praça de Encantado que, por força de determinação judicial, ficou impedida de executar a cobrança de pedágio pelo período de 04/09/2019 até 11/12/2019. A medida judicial restritiva foi posteriormente levantada e a atividade normal de cobrança de pedágio foi restabelecida, porém, consolidando uma perda de receita importante para a EGR.

Outro fato importante, inusitado e pendente de solução até o encerramento do exercício é a judicialização do processo de contratação de empresa de auditoria externa, o qual impediu todo o trabalho de análise e elaboração do parecer dos auditores independentes relativos aos exercícios de 2018 e 2019, impedindo a publicação legal das demonstrações contábeis e financeiras dos exercícios citados, bem como prejudicou a análise e parecer do Conselho Fiscal, deste CAE e dos demais órgãos de controle do Estado – CAGE e TCE, conforme determina a lei.

Decorrente desta realidade restou prejudicadas as demonstrações financeiras da EGR e tornam, de caráter limitado, a revisão da situação patrimonial, econômica e financeira da empresa, posto que a avaliação a seguir valeu-se dos dados preliminares, provisórios e carentes dos efeitos decorrentes de possíveis alterações a serem sugeridas/apontadas pelo trabalho de auditores independentes.

Das Demonstrações Financeiras Preliminares e Provisórias

Em termos patrimoniais, o Ativo e o Passivo Total tiveram uma variação positiva de 6,56%, passando de R\$ 188,601 milhões em 2018 para R\$ 200,980 milhões em 2019.

No Ativo Circulante, as Disponibilidades e as Aplicações Financeiras foram conciliadas com os respectivos extratos bancários. A maior variação foi a redução das aplicações financeiras em 28,95%, enquanto no Ativo Não Circulante, a maior variação ficou por conta do aumento no grupo Intangível – Obras e Aquisições com um incremento de 28,29%.



O Passivo Circulante apresentou um incremento de 7,96%, cujas maiores variações foram na redução de Fornecedores e um incremento nos Tributos e Contribuições Federais.

Na Demonstração do Resultado, a Receita Operacional Líquida praticamente permaneceu constante, sendo a redução de 7,28% nos Custos dos Serviços Prestados e a redução das Despesas Financeiras em R\$ 5,874 milhões pelo não pagamento de juros sobre Capital Próprio, as variações responsáveis pela provável reversão do prejuízo de R\$ 4,127 milhões em 2018 para um Lucro do Exercício de R\$ 0,371 milhões.

Importante registrar que este Resultado Antes do IRPJ e CSLL de 2019 (provisório/preliminar) na ordem de R\$ 6 milhões é proveniente do resultado positivo de 08 praças, no montante de R\$ 66,8 milhões, que absorveu o resultado negativo de 06 outras praças no montante de R\$ 25,0 milhões e todas as despesas da Administração Centralizada, na ordem de R\$ 35,7 milhões.

O conjunto das Demonstrações Contábeis é provisório, preliminar e serviram de base para os comentários deste CAE, motivo pelo qual, por serem provisórias, certamente deverão ainda receber ajustes. Neste ambiente de ajustes, sugerimos a análise da conveniência e oportunidade de proceder a uma reavaliação do provisionamento relativo às ações judiciais em curso, em observância às orientações inerentes ao CPC 25 e a readequação dos valores provisionados ao estoque e à real situação das ações em curso.

Todas estas variações foram constatadas analisando os números das Demonstrações Financeiras preliminares, provisórias, ainda carentes da avaliação e considerações da Auditoria Externa que ainda não foi contratada, e do parecer do Conselho Fiscal. Portanto, todas estas avaliações preliminares revestem-se de um caráter precário.

Dos trabalhos e ações do CAE

No início dos trabalhos, o CAE promoveu reunião de apresentação conjunta com o Conselho Fiscal, quando foi ratificado o compromisso e a intenção de trabalho conjunto, de auxílio mútuo e troca de experiências e informações, no que for o melhor para os resultados da EGR.

Ao longo do ano, o CAE pautou suas ações através das reuniões periódicas, quando então foram analisados os atos e fatos registrados nas atas do Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal, relatórios gerenciais e contábeis, relatos de Diretores e demais gestores técnicos.

Também neste mesmo ambiente, foram realizadas várias reuniões e entrevistas com os responsáveis de cada área da EGR, procurando avaliar os procedimentos em curso e as ações futuras com base nos relatos apresentados.

Na área de licitações, o CAE acompanhou, apenas como observador, uma parte de uma licitação presencial – a apresentação dos documentos e propostas dos concorrentes.



Em outro momento, o CAE visitou a Praça de Águas Claras/Viamão, onde teve a oportunidade de conhecer e checar todos os procedimentos operacionais – da cobrança do pedágio até o efetivo recolhimento da arrecadação por empresa especializada – e (conhecer) vistoriar as instalações e equipes de manutenção e socorro, dentre outras.

Para a melhoria dos processos e rotinas operacionais e também para maior segurança nos registros contábeis destes decorrentes, a EGR está em fase final de implantação de um novo software de gestão – CIGAM, cuja implantação definitiva está prevista para janeiro de 2020. Esta implantação está em curso desde 28/12/2018.

O CAE tem acompanhado todas as ações relativas à mudança da Sede Administrativa para o prédio do DAER e a situação do imbróglgio judicial que impede a contratação de empresa de auditoria externa para exame das contas de 2018 e 2019.

Das ações operacionais e de gestão

A EGR tem mantido em funcionamento as 14 praças e procedido nas manutenções necessárias. Está em fase final a construção de elevada nos cruzamentos da RS 030 e a RS 118, importante obra para o tráfego da região.

Sobre a manutenção das rodovias, a EGR mantém equipes de fiscalização e monitoramento da situação e tem procedido os reparos necessários.

Sobre a situação de novos investimentos, há que se conhecer e mapear as necessidades de cada região, identificar o tipo de intervenção possível e providenciar nos projetos para a sua execução.

Para que este ciclo virtuoso se mantenha – arrecadação – manutenção – investimentos, é necessário que cada praça mantenha um equilíbrio econômico-financeiro constante, trabalhando permanentemente o planejamento das demandas, seu comportamento histórico, sazonalidades, o comportamento dos preços dos insumos e do fluxo de veículos e a reavaliação periódica das tarifas de pedágio, desde que plenamente justificadas pelo comportamento dos custos.

O que se constata é que existem 06 praças com desequilíbrio econômico-financeiro, derivados basicamente do aumento dos insumos e/ou do fluxo de veículos insuficiente para a tarifa praticada e/ou da tarifa que tem estado sem o devido reajuste há algum tempo.

Neste contexto, o CAE entende todo o esforço desta Administração para buscar soluções em todas as variáveis desta equação, os quais justificam o ciclo virtuoso basilar do objeto da EGR.


A redução dos custos da Administração Centralizada, a partir da mudança da Sede para um próprio do Estado, e a conseqüente racionalização das atividades operacionais já demonstra isso.



O CAE entende que a EGR poderia intensificar o contato com as comunidades a fim de qualificar o diálogo, buscando avaliar as ações e identificação de melhorias.

Sugere-se ainda um esforço na identificação das melhorias de cada praça e respectivas rodovias, acessos, e uma priorização na contratação dos respectivos projetos de engenharia e na contratação das obras, o que for possível e mais prioritário, valendo-se dos recursos financeiros atualmente investidos no mercado financeiro, na ordem de R\$ 44 milhões, retornando para as comunidades os investimentos, melhorias e manutenções esperadas.

Porto Alegre, 29 de maio de 2020.



Margarete Bauer dos Santos
Membro do CAE



Nahiane Pastro da Rosa Linck
Membro do CAE



Rogério Alves Rios
Membro do CAE

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA E ESTATUTÁRIO – CAE

Exercício de 2019

Em cumprimento ao que determina a Lei Federal nº 13.303, de 30/06/2016, conforme segue:

“Art. 24. A empresa pública e a sociedade de economia mista deverão possuir em sua estrutura societária Comitê de Auditoria Estatutário como órgão auxiliar do Conselho de Administração, ao qual se reportará diretamente.

§ 1º Competirá ao Comitê de Auditoria Estatutário, sem prejuízo de outras competências previstas no estatuto da empresa pública ou da sociedade de economia mista:

VII - elaborar relatório anual com informações sobre as atividades, os resultados, as conclusões e as recomendações do Comitê de Auditoria Estatutário, registrando, se houver, as divergências significativas entre administração, auditoria independente e Comitê de Auditoria Estatutário em relação às demonstrações financeiras;”

E em cumprimento ao que determina o Regimento Interno do CAE:

9º – Compete ao Comitê de Auditoria Estatutário:

VI - elaborar relatório anual com informações sobre as atividades, os resultados, as conclusões e as suas recomendações, registrando, se houver, as divergências significativas entre si e a Administração e/ou a auditoria independente em relação às demonstrações financeiras.

O CAE apresenta, a seguir, o seu Relatório Anual relativo a 2019.

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA E ESTATUTÁRIO - CAE

Exercício de 2019

A Empresa Gaúcha de Rodovias S/A – EGR, é uma empresa pública autorizada pela Lei Estadual nº 14.033, de 29 de junho de 2012 e vinculada à Secretaria de Logística e Transportes do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. É regida pelo seu Estatuto aprovado pelo Decreto nº 49.593, de 19 de setembro de 2012 e alterações.

A EGR administra 14 praças de pedágio que abrangem mais de 900 quilômetros de rodovias gaúchas.



A EGR tem por objetivo realizar a manutenção e os investimentos necessários nos trechos sob sua jurisdição.

O contexto em 2019

O ano inicia com a decisão firme da Diretoria de reduzir os custos da Administração Centralizada, através do projeto de transferência da Sede Administrativa da EGR para o prédio do DAER – um imóvel próprio do Estado, objetivando a eliminação dos custos de locação do atual endereço, racionalização dos espaços, das rotinas operacionais e mais próximo e integrado à Secretaria de Logística e Transportes do Estado.

Contratação do projeto e aquisição dos equipamentos e contratação dos serviços necessários à adequação dos novos espaços está em curso.

A atividade operacional manteve seu ritmo e as praças mantiveram a sua rotina operacional, com exceção da Praça de Encantado que, por força de determinação judicial, ficou impedida de executar a cobrança de pedágio pelo período de 04/09/2019 até 11/12/2019. A medida judicial restritiva foi posteriormente levantada e a atividade normal de cobrança de pedágio foi restabelecida, porém, consolidando uma perda de receita importante para a EGR.

Outro fato importante, inusitado e pendente de solução até o encerramento do exercício é a judicialização do processo de contratação de empresa de auditoria externa, o qual impediu todo o trabalho de análise e elaboração do parecer dos auditores independentes relativos aos exercícios de 2018 e 2019, impedindo a publicação legal das demonstrações contábeis e financeiras dos exercícios citados, bem como prejudicou a análise e parecer do Conselho Fiscal, deste CAE e dos demais órgãos de controle do Estado – CAGE e TCE, conforme determina a lei.

Decorrente desta realidade restou prejudicadas as demonstrações financeiras da EGR e tornam, de caráter limitado, a revisão da situação patrimonial, econômica e financeira da empresa, posto que a avaliação a seguir valeu-se dos dados preliminares, provisórios e carentes dos efeitos decorrentes de possíveis alterações a serem sugeridas/apontadas pelo trabalho de auditores independentes.

Das Demonstrações Financeiras Preliminares e Provisórias

Em termos patrimoniais, o Ativo e o Passivo Total tiveram uma variação positiva de 6,56%, passando de R\$ 188,601 milhões em 2018 para R\$ 200,980 milhões em 2019.

No Ativo Circulante, as Disponibilidades e as Aplicações Financeiras foram conciliadas com os respectivos extratos bancários. A maior variação foi a redução das aplicações financeiras em 28,95%, enquanto no Ativo Não Circulante, a maior variação ficou por conta do aumento no grupo Intangível – Obras e Aquisições com um incremento de 28,29%.



O Passivo Circulante apresentou um incremento de 7,96%, cujas maiores variações foram na redução de Fornecedores e um incremento nos Tributos e Contribuições Federais.

Na Demonstração do Resultado, a Receita Operacional Líquida praticamente permaneceu constante, sendo a redução de 7,28% nos Custos dos Serviços Prestados e a redução das Despesas Financeiras em R\$ 5,874 milhões pelo não pagamento de juros sobre Capital Próprio, as variações responsáveis pela provável reversão do prejuízo de R\$ 4,127 milhões em 2018 para um Lucro do Exercício de R\$ 0,371 milhões.

Importante registrar que este Resultado Antes do IRPJ e CSLL de 2019 (provisório/preliminar) na ordem de R\$ 6 milhões é proveniente do resultado positivo de 08 praças, no montante de R\$ 66,8 milhões, que absorveu o resultado negativo de 06 outras praças no montante de R\$ 25,0 milhões e todas as despesas da Administração Centralizada, na ordem de R\$ 35,7 milhões.

O conjunto das Demonstrações Contábeis é provisório, preliminar e serviram de base para os comentários deste CAE, motivo pelo qual, por serem provisórias, certamente deverão ainda receber ajustes. Neste ambiente de ajustes, sugerimos a análise da conveniência e oportunidade de proceder a uma reavaliação do provisionamento relativo às ações judiciais em curso, em observância às orientações inerentes ao CPC 25 e a readequação dos valores provisionados ao estoque e à real situação das ações em curso.

Todas estas variações foram constatadas analisando os números das Demonstrações Financeiras preliminares, provisórias, ainda carentes da avaliação e considerações da Auditoria Externa que ainda não foi contratada, e do parecer do Conselho Fiscal. Portanto, todas estas avaliações preliminares revestem-se de um caráter precário.

Dos trabalhos e ações do CAE

No início dos trabalhos, o CAE promoveu reunião de apresentação conjunta com o Conselho Fiscal, quando foi ratificado o compromisso e a intenção de trabalho conjunto, de auxílio mútuo e troca de experiências e informações, no que for o melhor para os resultados da EGR.

Ao longo do ano, o CAE pautou suas ações através das reuniões periódicas, quando então foram analisados os atos e fatos registrados nas atas do Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal, relatórios gerenciais e contábeis, relatos de Diretores e demais gestores técnicos.

Também neste mesmo ambiente, foram realizadas várias reuniões e entrevistas com os responsáveis de cada área da EGR, procurando avaliar os procedimentos em curso e as ações futuras com base nos relatos apresentados.

Na área de licitações, o CAE acompanhou, apenas como observador, uma parte de uma licitação presencial – a apresentação dos documentos e propostas dos concorrentes.



Em outro momento, o CAE visitou a Praça de Águas Claras/Viamão, onde teve a oportunidade de conhecer e checar todos os procedimentos operacionais – da cobrança do pedágio até o efetivo recolhimento da arrecadação por empresa especializada – e (conhecer) vistoriar as instalações e equipes de manutenção e socorro, dentre outras.

Para a melhoria dos processos e rotinas operacionais e também para maior segurança nos registros contábeis destes decorrentes, a EGR está em fase final de implantação de um novo software de gestão – CIGAM, cuja implantação definitiva está prevista para janeiro de 2020. Esta implantação está em curso desde 28/12/2018.

O CAE tem acompanhado todas as ações relativas à mudança da Sede Administrativa para o prédio do DAER e a situação do imbróglgio judicial que impede a contratação de empresa de auditoria externa para exame das contas de 2018 e 2019.

Das ações operacionais e de gestão

A EGR tem mantido em funcionamento as 14 praças e procedido nas manutenções necessárias. Está em fase final a construção de elevada nos cruzamentos da RS 030 e a RS 118, importante obra para o tráfego da região.

Sobre a manutenção das rodovias, a EGR mantém equipes de fiscalização e monitoramento da situação e tem procedido os reparos necessários.

Sobre a situação de novos investimentos, há que se conhecer e mapear as necessidades de cada região, identificar o tipo de intervenção possível e providenciar nos projetos para a sua execução.

Para que este ciclo virtuoso se mantenha – arrecadação – manutenção – investimentos, é necessário que cada praça mantenha um equilíbrio econômico-financeiro constante, trabalhando permanentemente o planejamento das demandas, seu comportamento histórico, sazonalidades, o comportamento dos preços dos insumos e do fluxo de veículos e a reavaliação periódica das tarifas de pedágio, desde que plenamente justificadas pelo comportamento dos custos.

O que se constata é que existem 06 praças com desequilíbrio econômico-financeiro, derivados basicamente do aumento dos insumos e/ou do fluxo de veículos insuficiente para a tarifa praticada e/ou da tarifa que tem estado sem o devido reajuste há algum tempo.

Neste contexto, o CAE entende todo o esforço desta Administração para buscar soluções em todas as variáveis desta equação, os quais justificam o ciclo virtuoso basilar do objeto da EGR.


A redução dos custos da Administração Centralizada, a partir da mudança da Sede para um próprio do Estado, e a conseqüente racionalização das atividades operacionais já demonstra isso.



O CAE entende que a EGR poderia intensificar o contato com as comunidades a fim de qualificar o diálogo, buscando avaliar as ações e identificação de melhorias.

Sugere-se ainda um esforço na identificação das melhorias de cada praça e respectivas rodovias, acessos, e uma priorização na contratação dos respectivos projetos de engenharia e na contratação das obras, o que for possível e mais prioritário, valendo-se dos recursos financeiros atualmente investidos no mercado financeiro, na ordem de R\$ 44 milhões, retornando para as comunidades os investimentos, melhorias e manutenções esperadas.

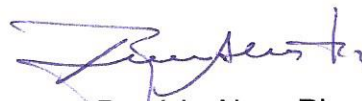
Porto Alegre, 29 de maio de 2020.



Margarete Bauer dos Santos
Membro do CAE



Nahiane Pastro da Rosa Linck
Membro do CAE



Rogério Alves Rios
Membro do CAE

2 **ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA EMPRESA GAÚCHA DE**
3 **RODOVIAS S/A – EGR**

4
5
6 **ATA 89**

7
8
9 **LOCAL, DATA E HORA:** em conformidade com os Decretos Estaduais
10 55.115/2020, 55.118/2020, 55.128/2020, 55.130/2020 e da Resolução
11 SELT 01/2020 (constam no site da EGR), que tratam dos procedimentos a serem
12 adotados para prevenir a transmissão da COVID-19, e que estabelecem o regime
13 excepcional de teletrabalho e de plantão extraordinário enquanto perdurar os efeitos
14 da pandemia da COVID-19, a reunião dia 20 de agosto de 2020, às 12h00min,
15 ocorreu de forma remota. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Conselheiros Vanderlan
16 Frank Carvalho; João Ângelo Miron Neto e Paulo Cesar Santana Nunes. Como
17 convidados, o Diretor Administrativo e Financeiro da EGR, Sr. André Arnt, o
18 Gerente Contábil Marco Lanzoni, o Gerente Financeiro Sr. Ricardo Finck e a Sra.
19 Andréia Oliveira, que secretariou a reunião. **I – CONVOCAÇÃO:** os Conselheiros
20 foram convocados através de correspondência eletrônica, na forma do Artigo 15 do
21 Regimento Interno e o recebimento foi confirmado por telefone. **II – EXPEDIENTE:**
22 o Presidente do Conselho Fiscal, Sr. Paulo Cesar Santana Nunes, saudou a todos
23 os presentes e declarou instalada a reunião, apresentando a pauta do dia. **III –**
24 **ORDEM DO DIA:** tomar conhecimento, examinar, discutir e/ou deliberar acerca das
25 matérias que compõem a convocação: **(i)** examinar a documentação apresentada
26 pela Companhia; **(ii)** assuntos gerais. **IV - DELIBERAÇÕES:** **i)** O Conselheiro Paulo
27 Cesar apresentou as seguintes considerações: **a)** registrou o recebimento, por parte
28 do Colegiado, da documentação periódica, requerida para apresentação mensal,
29 até a última quinta-feira imediatamente anterior a reunião Ordinária do Conselho
30 Fiscal, entendida por: **a¹)** balancete de verificação; **a²)** razão contábil; **a³)** certidões
31 de regularidade fiscal; **a⁴)** demonstrativo de controle de multas imputadas à
32 Companhia; **a⁵)** demonstrativo de contratos em vigor; **a⁶)** extratos bancários e do
33 Sistema de Integrado de Caixa Único - SIAC, bem como das aplicações financeiras
34 e Demonstração de Resultado, tudo referente ao mês de junho 2020; **b)** apontou
35 inconsistência constatada no confronto do Balancete Patrimonial com o respectivo
36 extrato de conta corrente bancária, às rubricas 1.10.10.20.0035 – Banco do Brasil
37 S/A solicitou e, 1.10.10.20.0041 – Banrisul Reservas, para o que solicitou
38 esclarecimentos escritos a serem apensados em Ata da próxima reunião ordinária
39 do Conselho Fiscal; **c)** solicitou, ainda, que a manifestação oferecida, por e-mail,
40 acerca da situação processual do Procedimento Fiscal de nº 1010100.2017.00475,
41 que teve como sujeito passivo a EGR, lavrado em 09 de novembro de 2018 pela
42 Receita Federal do Brasil, no valor total de R\$ 133.104.427,98, com Autos de

43 Infração a saber: **c**¹) nº 11080-726.970/2018-40 relativo

44 ao Imposto de Renda Pessoal Jurídica - IRPJ, no valor de R\$ 97.832.374,33; **c**²) nº
45 11080-726.970/2018-40 relativo a Contribuição Sobre o Lucro Líquido – CSLL, no
46 valor de R\$ 28.372.865,93; nº 11080-726.970/2018-40, no valor de R\$ 5.358.551,69
47 e, nº 11080.726.970/2018-40 relativo a Contribuição Sobre o Lucro Líquido – CSLL,
48 no valor de R\$ 1.540.104.427,98, sejam apensadas nesta Ata. Sobre este item, o
49 Gerente Contábil Marco Lanzoni informou que a forma que foi identificada a ação de
50 cobrança da Receita Federal do Brasil referente as diferenças de IRPJ e CSLL no
51 período de 2012 a 2015 no valor de R\$ 133.104.427,98, foi registrada nas notas
52 explicativas (pag. 7) do exercício de 2018 este fato. Segue em anexo à esta ata as
53 demonstrações do exercício de 2018 assinadas; já o processo administrativo nº
54 11080.726970/2018-40 referente a esta ação de cobrança, se encontra no CARF
55 (conselho administrativo de recursos fiscais), e segue em anexo a esta ata a
56 informação retirada do e-cac da RFB. Quanto ao questionamento referente as
57 diferenças dos saldos das contas bancárias da EGR, já estamos procedendo as
58 retificações para solucionar este problema. Salientamos que a EGR, no ano de
59 2020, passou a utilizar um ERP, em que as informações que geram os registros
60 contábeis provem de todos os setores da empresa, estamos nos empenhando ao
61 máximo para realizar todos os ajustes. **d**) ofereceu, ainda, as seguintes
62 considerações sobre a documentação disponibilizada: **d**¹) reiterou solicitação de
63 esclarecimentos escritos, analíticos, a serem apensados em Ata de reunião
64 ordinária, relativamente às inúmeras contas contábeis com natureza (devedora ou
65 credora) diversa da sua função original representativa no patrimônio da Entidade;
66 **d**²) reiterou solicitação de apresentação de demonstrativos de conciliação de todas
67 as contas a este título, no interstício temporal de 01 de janeiro de 2020 à 30 de
68 junho de 2020, a serem apensados em Ata de reunião ordinária, relativamente as
69 diferenças verificadas entre os saldos contábeis e os extratos bancários e do
70 Sistema Integrado de Caixa Único, em todas as contas representativas de
71 disponibilidades desta natureza, em que pese os ajustes verificados na
72 reapresentação dos Balancetes Patrimoniais; **d**³) disponibilizou a palavra ao
73 Conselheiro Miron, que teceu as seguintes considerações: o Conselheiro Miron
74 relatou que apenas um Contrato foi firmado no mês de julho de 2020, atestando a
75 sua verificação, sem outros questionamentos; **d**⁴) ato contínuo disponibilizou a
76 palavra ao Conselheiro Frank que se manifestou asseverando estar de acordo com
77 os assuntos tratados, sem outros questionamentos; **d**⁵) de acordo com o que restou
78 ajustado na Ata de nº 26 do Conselho Fiscal, realizada em 21 de maio de 2015,
79 ratificado na ata de nº 70 de 24 de janeiro de 2019, relativamente à aferição da
80 forma e dos procedimentos relativos aos instrumentos contratuais celebrados pela
81 Companhia, o Conselheiro Presidente questionou quanto à conformidade dos
82 mesmos com as normas aplicáveis, oportunidade em que os Conselheiros João

83 Ângelo Miron Neto e Vanderlan informaram ter
84 examinado os referidos instrumentos, manifestando-se pela sua conformidade. **II –**
85 **Assuntos Gerais:** **a)** os membros do Conselho Fiscal deixaram de examinar as
86 informações de natureza contábil, relativas ao mês de julho de 2020, haja vista a
87 sua não disponibilização tempestiva ao Colegiado; **b)** o Conselheiro Paulo Cesar
88 reiterou solicitação de esclarecimento escrito a ser apensado na Ata de reunião
89 ordinária deste Colegiado relativamente aos questionamentos sobre o Relatório de
90 Multas e Juros imputados à Companhia apontando que o último registro ali
91 observado, na documentação apresentada em julho de 2020, era o do dia 11 de
92 maio de 2019, fato que lhe causou estranheza, haja visto que é observável
93 evolução nos saldos das respectivas rubricas que abrigam registros desta natureza,
94 em que pese a última versão apresentada, de forma complementar, contempla,
95 agora, último registro em 05 de novembro de 2019; **c)** reiterou que seja
96 encaminhado ao Conselho Fiscal o último Relatório Circunstanciado de Auditoria -
97 RCA do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul e, ainda, todas as
98 requisições oferecidas por àquela Corte de Contas no interstício subsequente ao
99 último RAC recebido pela Companhia. Da mesma forma, requisitou o último
100 Relatório Circunstanciado de Auditoria, apresentado à Companhia, pela Contadoria
101 e Auditoria Geral do Estado - CAGE; **d)** os membros do Colegiado acusaram o
102 recebimento da Carta de Representação inerente às Demonstrações Financeiras de
103 competência do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018,
104 consignada pela atual Diretoria Executiva da Companhia em 06 de agosto de 2020,
105 anexa a esta Ata, ao tempo em que aguardam, para emissão do Parecer do
106 Conselho Fiscal, o recebimento das demais documentações, tais como, o Parecer
107 da Auditoria Independente, o Relatório da Administração, os Pareceres do Conselho
108 de Administração e do Comitê de Auditoria, haja vista as disposições contidas no
109 artigo 1631 da Lei Federal nº 6.404/76; **e)** O Conselheiro Miron solicitou
110 informações atuais quanto à movimentação dos pedágios. O Diretor Administrativo
111 e Financeiro da ERG, Sr. André Arnt, na oportunidade comentou que a
112 movimentação gira em torno de 50%, em algumas praças um pouco maior, mas que
113 não ultrapassa os 70%, quando comparado ao fluxo anterior à pandemia. Comentou
114 que a EGR está administrando adequadamente os seus custos, sendo que as
115 maiores despesas correm por conta dos contratos de manutenção da engenharia,
116 que estão sendo demandados conforme a receita disponível. Pontuou que foram

¹ Art. 163. Compete ao conselho fiscal: I - fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; II - opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembleia geral; III - opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembleia geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão; IV - denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da companhia, à assembleia geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à companhia.

117 verificados os custos despendidos com a arrecadação,
118 por, este motivo uma nova licitação está em andamento a fim de reduzi-los.
119 Salientou que um possível reajuste de tarifas trará mais equilíbrio nas despesas e
120 que, aos poucos, estamos voltando à normalidade, com várias licitações em
121 andamento; **f)** os membros do Conselho Fiscal acordaram que a data da próxima
122 Reunião Ordinária ocorrerá no dia 17 de setembro de 2020, às 12 horas, em caráter
123 de vídeo conferência, conforme a legislação vigente. **III) – ENCERRAMENTO: a)** o
124 Conselho Fiscal, por força da legislação vigente, em especial a estabelecida no § 3º
125 do art. 165 da Lei 6.404/76, deliberou, por unanimidade, que a Sra. Andréia Oliveira,
126 providencie o encaminhamento protocolizado desta Ata aos Órgãos da
127 Administração e Acionista. Nada mais havendo a ser tratado, foi dada por encerrada
128 a reunião e dela lavrada a Ata que, após lida e considerada conforme, foi assinada
129 por todos os Conselheiros presentes.

130

131

132

MEMBROS DO CONSELHO FISCAL DA EGR

133

134

Paulo Cesar Santana Nunes

135

Conselheiro Presidente

136

137

138

João Ângelo Miron Neto

Conselheiro

Vanderlan Frank Carvalho

Conselheiro

139

Porto Alegre, 6 de agosto de 2020.

ÀO

Conselho Fiscal da Empresa Gaúcha de Rodovias

Prezados Senhores:

Esta carta de representação é fornecida em conexão com a sua auditoria das demonstrações financeiras da Empresa Gaúcha de Rodovias - EGR para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 com o objetivo de expressar uma opinião se as demonstrações financeiras foram apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Para fins de identificação, as demonstrações financeiras examinadas por V. Sas. apresentam os seguintes valores básicos:

Descrição	2018 – R\$ mil	2017 - R\$ mil
Total do ativo	188.601	163.612
Total das exigibilidades	101.799	78.541
Patrimônio líquido	86.802	85.071
Resultado do exercício	(4.127)	1.481

Reconhecemos que o objetivo de sua auditoria da Companhia é o de expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras e sua auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria, as quais envolvem o exame dos sistemas contábeis, da estrutura de controles internos da Companhia e informações relacionadas na extensão em que vocês julgaram necessário de acordo com as circunstâncias, e seu propósito não é o de identificar – bem como não necessariamente ser esperado identificar – fraudes, erros e outras irregularidades que possam existir.

Fazemos, portanto, as seguintes declarações de responsabilidade, que são verdadeiras segundo nosso conhecimento e entendimento, depois de feitas as indagações que consideramos necessárias para o fim de nos informarmos apropriadamente:

A. Demonstrações financeiras e registros financeiros

1. Cumprimos nossas responsabilidades como definidas nos termos do trabalho de auditoria, pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e, em particular, que as demonstrações contábeis foram apresentadas adequadamente em conformidade com essas práticas.
2. Os pressupostos significativos utilizados por nós ao fazermos as estimativas contábeis, inclusive aquelas avaliadas pelo valor justo, são razoáveis.
3. Reconhecemos que, como membros da Administração da Companhia, somos responsáveis pela apresentação adequada das demonstrações financeiras. Acreditamos que as demonstrações financeiras

acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, e os resultados das operações da Companhia, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e estão livres de distorções relevantes, incluindo omissões. Nós aprovamos as demonstrações financeiras.

4. Como membros da Administração da Companhia, acreditamos que a Companhia possui um sistema de controles internos adequados que permite a preparação das demonstrações financeiras exatas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que estejam livres de distorções relevantes, causadas por fraudes ou erros.

B. Fraude

1. Reconhecemos nossa responsabilidade na elaboração, implementação e manutenção de controles internos para prevenir e detectar fraudes.
2. Levamos ao seu conhecimento o resultado da nossa avaliação do risco de que as demonstrações financeiras possam ter distorções relevantes em decorrência de fraude.
3. Não temos conhecimento de qualquer fraude ou suspeita de fraude envolvendo a Administração ou outros empregados que possuem cargos relevantes na estrutura de controles internos para fins de elaboração e apresentação das informações financeiras. Adicionalmente, não temos conhecimento de qualquer fraude ou suspeita de fraude envolvendo outros empregados em que a fraude poderia acarretar um efeito relevante nas demonstrações financeiras. Não temos conhecimento de qualquer alegação de impropriedades financeiras, incluindo fraude ou suspeita de fraude (independentemente da fonte ou forma e incluindo, sem limitação, quaisquer alegações por denúncias) que poderiam resultar em distorções nas demonstrações financeiras ou de alguma forma afetar a elaboração e apresentação das informações financeiras da Companhia.

C. Cumprimento às leis e regulamentos

1. Reconhecemos como membros da Administração da Companhia nossa responsabilidade pelo cumprimento de leis e regulamentos. Levamos ao seu conhecimento todos os descumprimentos ou suspeitas de descumprimento às leis e regulamentos, cujos efeitos devessem ser considerados na preparação das demonstrações financeiras.

D. Informações fornecidas e totalidade das informações e transações:

1. Fornecemos aos seus representantes:
 - Acesso a todas as informações que entendemos como sendo relevantes para a elaboração das demonstrações financeiras, tais como registros, documentações e outros assuntos;
 - Informações adicionais que V. Sas. nos solicitaram para o propósito da auditoria; e
 - Acesso irrestrito aos profissionais da entidade das quais V. Sas. determinaram necessário para obter evidências de auditoria.
2. Todas as transações foram registradas nos livros contábeis e estão refletidas nas demonstrações financeiras.

3. Colocamos à disposição de seus representantes todas as atas de assembleias dos acionistas de reuniões da e comitês de diretoria (ou todos os resumos de assuntos tratados em reuniões recentes para os quais ainda não foram preparadas as correspondentes atas) realizadas durante 1 de janeiro de 2018 até a data da presente carta.
4. Confirmamos a totalidade das informações fornecidas em relação à identificação de partes relacionadas. Levamos ao seu conhecimento a identidade de todas as partes relacionadas da Companhia e todas as partes relacionadas e transações com partes relacionadas que temos conhecimento, incluindo vendas, compras, empréstimos, transferência de ativos, passivos e serviços, contratos de arrendamento, garantias, transações não monetárias e transações não envolvendo pagamento/recebimento para o período findo na data do balanço, bem como os saldos a receber de ou a pagar para as partes relacionadas na data do balanço. Essas transações foram adequadamente registradas e divulgadas nas demonstrações financeiras.
5. Acreditamos que os pressupostos significativos que utilizamos para as estimativas contábeis, incluindo àquelas avaliadas a valor justo, são razoáveis.
6. Divulgamos para V.Sas., e a Companhia cumpriu com todos os aspectos dos acordos contratuais que poderiam ter um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras caso não fossem cumpridos, incluindo todas as cláusulas restritivas, condições ou outros requerimentos relacionados aos empréstimos vigentes.

E. Instituições financeiras

As instituições financeiras que mantivemos relacionamento e operações na data do fechamento do balanço em 31 de dezembro de 2018 são as seguintes:

- Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.
- Banco do Brasil S.A.
- Caixa Econômica Federal

F. Contas a receber e receitas

1. As contas a receber representam direitos válidos contra os devedores indicados e não incluem os montantes de vendas e serviços prestados após as datas dos balanços ou outros tipos de acordos que não se constituam em vendas. Todas as receitas de vendas reconhecidas nas datas dos balanços têm sido realizadas e ganhas. Receitas de vendas não são reconhecidas antes dos produtos serem entregues ou serviços serem prestados.
2. Levamos ao conhecimento de seus representantes todas as condições de vendas (implícitas ou expressas), incluindo todos os direitos a devoluções e ajustes de preços e garantias. Colocamos à disposição de seus representantes todos os contratos relevantes, comunicações (orais ou escritas) e outras informações relevantes relacionadas aos acordos efetuados com clientes, incluindo distribuidores e revendedores.

G. Passivos e contingências

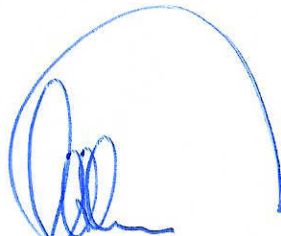
1. Todos os passivos e contingências, incluindo aqueles relacionados com garantias, verbais ou por escrito, foram informados aos seus representantes e adequadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

2. Os consultores jurídicos representaram/patrocinaram a Companhia, em causas administrativas, judiciais ou ainda não reclamadas, foram listados em representação específica para o fim e disponibilizados a seus representantes:
 - Assessoria Jurídica interna
3. Informamos aos seus representantes todos os litígios, reclamações e autuações existentes e possíveis, mesmo aqueles que ainda não foram discutidos com os consultores legais da Companhia.
4. Registramos e/ou divulgamos apropriadamente todos os passivos relacionados com os litígios e reclamações, contingentes ou existentes, e divulgamos nas demonstrações financeiras todas as garantias que fornecemos a terceiros.
5. Nosso departamento jurídico acompanha o andamento de todos os processos de litígios e outros riscos associados a contingências, e representa que não houve alterações significativas nas posições de provisão para contingências apresentadas na data da apresentação da demonstração financeira.

H. Ativos Fixos e Intangíveis

1. As vidas úteis utilizadas pela Administração para depreciação e amortização dos Ativos da Companhia foram apuradas com análise prudente e realista pelo departamento interno de logística e armazenagem, Contabilidade e Controladoria e condizem com as práticas de mercado
2. Com base nas informações e projeções disponíveis, acreditamos não ser necessária qualquer redução do valor dos Imobilizados e Intangíveis da Companhia, as análises preparadas pela administração são prudentes e realistas.

Atenciosamente,



Urbano Schmidt

Diretor – Presidente
CPF nº 255.350.130-72



André Arnt

Diretor Administrativo e Financeiro
CPF nº 367.654.810-87



Milton Cypel

Diretor Técnico
CPF nº 077.103.300-10



Marco Aurélio Lanzoni

Contador CRC/RS 083621
CPF nº 825.012.200-30



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

PROCESSO/PROCEDIMENTO: 11080.726970/2018-40
INTERESSADO: EMPRESA GAUCHA DE RODOVIAS S/A

DESTINO: DISOR-CEGAP-CARF-MF-DF - Tratar Processo Novo Sorteio

DESPACHO DE ENCAMINHAMENTO

Em face da Portaria SE/ME nº 4.483 de 14.02.2020, publicada no DOU de 17.02.2020, que designa Caio Cesar Nader, para exercer o mandato de Conselheiro, representante dos Contribuintes, junto à Terceira Câmara da Primeira Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, devolvam-se os presentes autos à Disor/Cegap, para novo sorteio no âmbito da 1ª Seção de Julgamento, nos termos do § 8º do art. 49 do RICARF.

DATA DE EMISSÃO : 27/02/2020

Distribuir / Sortear /
MOEMA NOGUEIRA SOUZA
2ª TO-4ª CÂMARA-1ª SEÇÃO-CARF-MF-DF
4ª CÂMARA-1ª SEÇÃO-CARF-MF-DF
1ª SEÇÃO-CARF-MF-DF
DF CARF MF

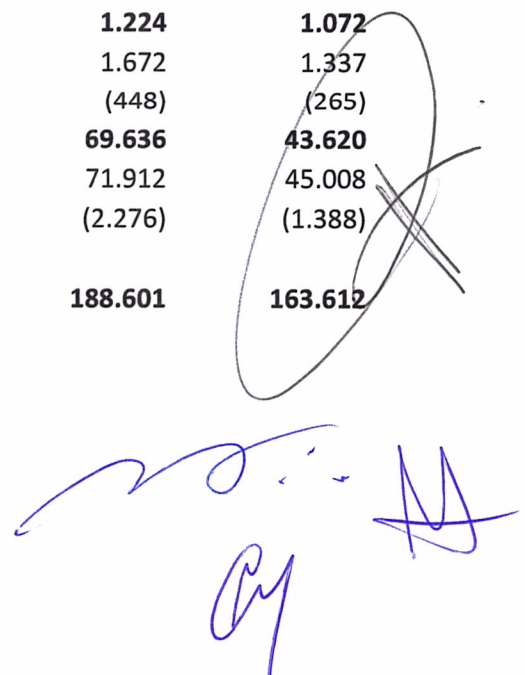
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO DE 2018



Para o Rio Grande ir mais longe.

BALANÇO PATRIMONIAL
31 de dezembro de 2018 e 2017
 (Em milhares de reais)

ATIVO			
	NOTA EXPLICATIVA	31/12/2018	31/12/2017
Ativo Circulante		76.095	95.667
Disponível		67.178	78.780
Numerário em Caixa		5	0
Banco Conta Corrente		2.170	3.497
Aplicações		65.003	75.283
Realizável a Curto Prazo		8.917	16.887
Arrecadação das Praças		8.773	10.710
Depósitos Judiciais		21	0
Outros Valores a Receber		10	59
Adiantamentos		114	159
Impostos a Recuperar	NOTA 4	0	5.928
Despesas Antecipadas		0	32
Ativo não Circulante		112.506	67.945
Realizável a Longo Prazo		41.647	23.253
Créditos e Valores	NOTA 5	11.343	11.019
Impostos a Recuperar	NOTA 4	12.864	0
Depósitos Judiciais	NOTA 6	17.404	12.235
Outros Valores a Receber		36	0
Imobilizado	NOTA 7	1.224	1.072
Imobilizado		1.672	1.337
(-) Depreciação Acumulada		(448)	(265)
Intangível	NOTA 7	69.636	43.620
Intangível		71.912	45.008
(-) Amortização		(2.276)	(1.388)
TOTAL DO ATIVO		188.601	163.612



PASSIVO

	NOTA EXPLICATIVA	31/12/2018	31/12/2017
Passivo Circulante		84.497	66.405
Obrigações Trabalhistas		1.336	1.396
Salários e Remunerações a Pagar		161	216
Contribuições Trabalhistas		353	404
Passivos Trabalhistas		821	777
Fornecedores		22.802	17.091
Fornecedores	NOTA 8	22.802	17.091
Obrigações Fiscais		59.168	47.619
Tributos e Contribuições Federais	NOTA 9	3.660	3.312
Tributos Municipais	NOTA 10	48.206	37.092
Outras obrigações a Pagar	NOTA 11	7.301	7.215
Outras Obrigações		270	176
Adiantamento de Clientes		270	176
Provisão para Penalidades Contratuais		922	123
Cauções		922	123
Passivo Não Circulante		17.302	12.136
Exigível a Longo Prazo		17.302	12.136
Tributos e Contribuições Federais	NOTA 6	17.302	12.136
Patrimônio Líquido		86.802	85.071
Capital Social	NOTA 12.1	43.584	37.753
Capital Subscrito		44.084	38.253
(-) Capital a Integralizar		(500)	(500)
Reserva de Lucros	NOTA 12.3	43.218	47.318
Retenção de Lucros		40.203	44.303
Reserva Legal		3.015	3.015
TOTAL DO PASSIVO		188.601	163.612

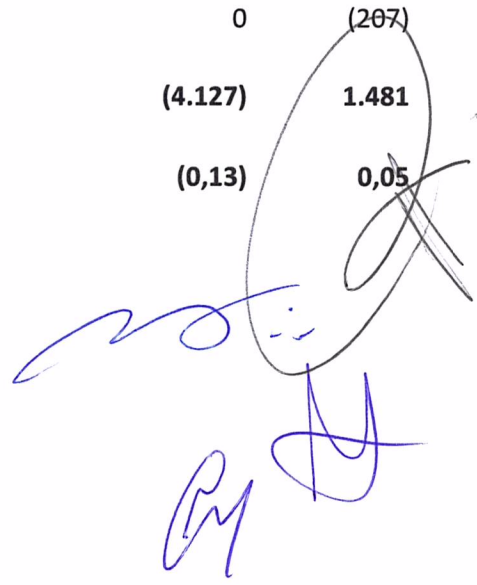


DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais – R\$, exceto o valor por ação)

	NOTA EXPLICATIVA	31/12/2018	31/12/2017
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	NOTA 13	236.034	193.802
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	NOTA 14	(212.721)	(171.044)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		23.313	22.758
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		351	401
DESPESAS OPERACIONAIS	NOTA 15	(23.917)	(19.207)
LUCRO/PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(253)	3.951
Receitas Financeiras	NOTA 16	2.025	4.120
Despesas Financeiras	NOTA 16	(5.899)	(5.833)
RESULTADO ANTES DO IRPJ E CSLL		(4.127)	2.239
Provisão IRPJ		0	(551)
Provisão CSLL		0	(207)
LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(4.127)	1.481
LUCRO/PREJUÍZO BÁSICO DILUIDO POR AÇÃO		(0,13)	0,05



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA (Método Indireto)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais – R\$)

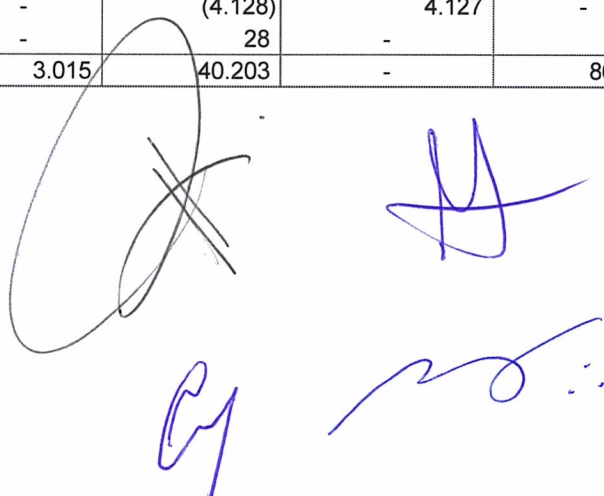
Fluxo de Caixa Operacional	2018	2017
Lucro/Prejuízo Líquido	(4.127)	1.481
Despesas com Depreciação	182	125
Despesas com Amortização	887	691
Ajustes Exercícios Anteriores	28	(75)
Aumento/Diminuição do Ativo		
Arrecadação das praças	1.937	8.984
Adiantamentos	44	(122)
Valores a receber	49	11
Dépósitos Judiciais	(20)	69
Estoques	-	68
Despesas antecipadas	31	(31)
Valores a receber longo prazo	(324)	(11.018)
Dépósitos Judiciais longo prazo	(5.204)	(12.234)
Aumento/Diminuição de impostos a recuperar	(6.936)	(1.277)
Aumento/Diminuição do Passivo		
Obrigações trabalhistas	(60)	249
Fornecedores	5.710	3.137
Obrigações Fiscais	11.548	8.963
Outras contas a pagar	93	1.325
Adiantamento de clientes	-	5
Provisões	799	(45)
Imposto de renda pessoa jurídica longo prazo	5.166	12.136
Caixa Líquido Atividades Operacionais	9.805	12.442
Fluxo de Caixa Investimentos		
Aquisição/baixa de imobilizado	(335)	(490)
Aquisição de intangível	(26.903)	(12.310)
Caixa Líquido Atividades Investimentos	(27.238)	(12.800)
Fluxo de Caixa Financiamentos		
Integralização de Capital	5.831	4.464
Caixa Líquido Atividades Financiamentos	5.831	4.464
Aumento/Redução Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	(11.602)	4.106
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	78.780	74.674
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	67.178	78.780

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais – R\$)

	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		Reserva Legal	Reserva Ret. Lucros		
Saldo em 31.12.2016	33.288	2.941	42.971	13.619	79.200
Integralização	4.465	-	-	-	4.465
Lucro líquido exercício	-	-	-	1.481	1.481
Destinação :					
Reserva Legal	-	74	-	(74)	-
Reserva Retenção Lucros	-	-	1.407	(1.407)	-
Ajuste exercício anterior	-	-	(75)	-	(75)
Saldo em 31.12.2017	37.753	3.015	44.303	-	85.071
Integralização	5.831	-	-	-	5.831
Lucro/Prejuízo líquido exercício	-	-	-	(4.127)	(4.127)
Destinação :					
Reserva Legal	-	-	-	-	-
Reserva Retenção Lucros	-	-	(4.128)	4.127	-
Ajuste exercício anterior	-	-	28	-	28
Saldo em 31.12.2018	43.584	3.015	40.203	-	86.802



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Em 31 de Dezembro de 2018 – em milhares de reais (R\$)

1. Informações Gerais

A Empresa Gaúcha de Rodovias – EGR – é uma empresa pública (sociedade anônima de capital fechado), autorizada pela Lei Estadual nº 14.033 de 29/06/2012 e vinculada à Secretaria dos Transportes, é regida pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 49.593 de 19/09/2012. A EGR administra 14 praças de pedágio e mais de 900 quilômetros de rodovias gaúchas e tem por objetivo realizar a manutenção e os investimentos necessários nas rodovias.

2. Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), além das normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.1 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Essas demonstrações contábeis são preparadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1 Reconhecimento de Receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável.

Receita de pedágio – As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio pré e pós-pagos, são registrados no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receita de rendimento de aplicações financeiras – Os rendimentos referentes às aplicações financeiras (SIAC – Sistema de Integrado de Administração de Caixa) são registrados como receita financeira.

3.2 Regime de Contabilização

As receitas e despesas foram apropriadas com base no regime de competência.

3.3 Disponibilidades

São compostas pelo caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo de alta liquidez, utilizados para cumprimento de obrigações de curto prazo.



3.4 Impostos

Os impostos são calculados de acordo com a Legislação Tributária em vigor.

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região em decisão de 1º grau no processo nº 5019554-33.2014.404.7100/RS, na data de 12/07/2018, reconheceu a aplicação da imunidade recíproca em relação ao IRPJ à EGR.

No exercício de 2018 a EGR foi notificada pela Receita Federal do lançamento de débitos referentes ao IRPJ e a CSLL, nos exercícios de 2012 a 2015, no valor de R\$ 133.104.427,98, valor resultante do entendimento, por parte dos auditores, que todos os valores gastos na rodovia deveriam ser classificados como investimento. A EGR protocolou impugnação referente a este lançamento discordando deste entendimento demonstrando tecnicamente que os valores realmente tratavam de manutenção e não investimento.

4. Impostos a Recuperar

Os saldos de impostos a recuperar do exercício de 2017 foram transferidos para o longo prazo, assim como os valores apurados no exercício de 2018.

	31/12/2018	31/12/2017
IRRF A RECUPERAR	17	17
CSLL A RECUPERAR	3.342	1.476
INSS A RECUPERAR	0,00	7
IRPJ A RECUPERAR	9.505	4.338
PIS/COFINS/CSLL A RECUPERAR	0,2	90
TOTAL	12.864	5.928

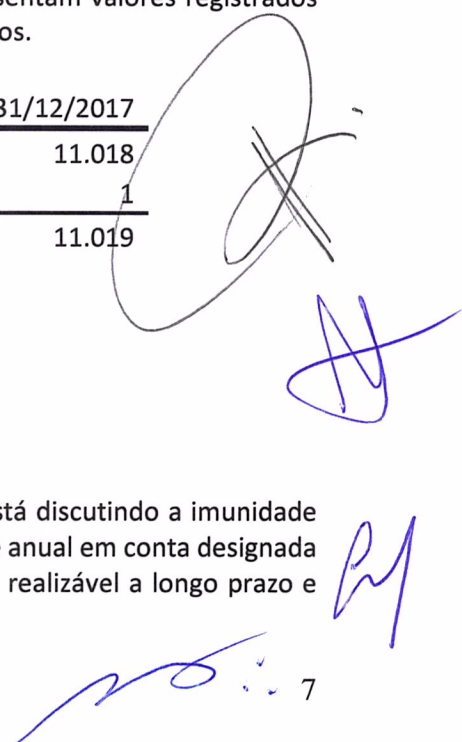
5. Créditos e Valores

Os valores registrados como Valor Rejeitados Indevidamente representam valores registrados no sistema de arrecadação e não pagos pela gestora de pagamentos eletrônicos.

	31/12/2018	31/12/2017
VALORES REJEITADOS INDEVIDAMENTE	11.341	11.018
DESPESAS REEMBOLSÁVEIS	2	1
TOTAL	11.343	11.019

6. Depósitos Judiciais

A EGR através de ação ordinária nº 5019554-33.2014.404.7100/RS está discutindo a imunidade do IRPJ, e está efetuando os valores de antecipação mensal e valores do ajuste anual em conta designada pela justiça. Para evidenciar os valores depositados efetuou-se o registro no realizável a longo prazo e correspondente obrigação no exigível a longo prazo.



	31/12/2018	31/12/2017
DJ – IMPOSTO DE RENDA 2014	3.762	3.762
DJ – IMPOSTO DE RENDA 2015	2.858	2.858
DJ – IMPOSTO DE RENDA 2016	4.091	4.091
DJ – IMPOSTO DE RENDA 2017	1.425	1.425
DJ – IMPOSTO DE RENDA 2018	5.166	0
OUTROS DEPÓSITOS	102	99
TOTAL	17.404	12.235

7. Imobilizado e Intangível

Os bens adquiridos pela EGR estão demonstrados pelo valor do custo de aquisição e a depreciação foi calculada pelo método linear pelas taxas vigentes.

IMOBILIZADO	Saldo no início do exercício	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo no final do exercício
Móveis e utensílios	195	1	0	28	168
Máquinas	6	0	0	1	5
Equipamentos	550	169	0	78	642
Computadores e periféricos	272	73	0	68	277
Impressoras	13	38	0	8	43
Imob. Pred. 3º	36	54	0	0	90
Total	1.072	335	0	183	1.224

INTANGÍVEL	Saldo no início do exercício	Aquisições	Baixas	Amortização	Saldo no final do exercício
Software	277	293	0	168	402
Imóveis	13.699	4.326	0	720	17.304
Obras em andamento	29.644	21.303	0	0	50.948
Projetos	0	982	0	0	982
Total	43.620	26.904	0	888	69.636

TOTAL IMOB. E INTAG.	44.692	27.239	0	1.071	70.860
-----------------------------	---------------	---------------	----------	--------------	---------------

No intangível na conta Imóveis e Obras em andamento estão registrados obras viárias, tais como acessos, passarelas e duplicações em estradas estaduais, executadas pela EGR, amortizado nas condições estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 04, que trata especificamente sobre este item patrimonial.

	Taxa de depreciação/amortização
Móveis e utensílios	10%
Máquinas	10%
Equipamentos	10%
Computadores e periféricos	20%
Impressoras	20%
Software	20%
Imóveis	4%
Obras em andamento	0%



7.1 Imobilizado Recebido das Concessionárias

Os bens recebidos pela EGR, originários do patrimônio das Concessionárias responsáveis pelas praças de pedágio, foram transferidos no exercício de 2013, sem especificação de valor, estão os mesmos sendo analisados, classificados e avaliados por empresa especializada e serão incorporados posteriormente ao patrimônio da EGR, por essa razão não figuraram no imobilizado da empresa.

8. Fornecedores

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
SERVIÇO DE ARRECADAÇÃO	3.233	2.667
SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	6.265	9.218
FORNECIMENTO DE ASFALTO	8.128	2.209
OUTROS FORNECEDORES	5.176	2.997
TOTAL	<u>22.802</u>	<u>17.091</u>
Valores a vencer em até 30 dias	22.802	17.091

9. Tributos Federais

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
PIS A RECOLHER	156	157
COFINS A RECOLHER	719	724
IR TERCEIROS	272	222
INSS TERCEIROS	818	733
PIS/COFINS/CSLL TERCEIROS	1.695	1.476
TOTAL	<u>3.660</u>	<u>3.312</u>

10. Tributos Municipais

O ISSQN sobre o faturamento devido pela EGR é mensalmente registrado em conta do passivo circulante, mas não ocorreu pagamento em 2018 pois a matéria está sendo discutida no âmbito jurídico quanto à imunidade tributária. Pelo princípio da prudência, os valores totalizando R\$ 11.049.370,21, foram registrados no passivo que já acumula R\$ 47.811.785,43 referente aos exercícios de 2013, 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018. No exercício de 2017 ocorreu decisão judicial favorável a EGR no município de Candelária, o valor correspondente a esta prefeitura foi baixado da contabilidade em uma conta redutora das deduções no mês em que se deu a decisão.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
ISSQN TERCEIROS	394	329
ISSQN FATURAMENTO	47.812	36.763
TOTAL	<u>48.206</u>	<u>37.092</u>

11. Outras Contas a Pagar

Em 31/12/2018, a Companhia, conforme prevê a legislação fiscal, optou por efetuar a título de remuneração de seus acionistas o crédito de juros sobre o capital próprio apurado com base na variação da TJLP sobre o patrimônio líquido, cujo montante no exercício, totalizou o valor de R\$ 5.898.589,29. Valor registrado na conta Juros Capital Próprio a Pagar pertencente a conta sintética Outras Contas a Pagar.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
JUROS CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR	5.899	5.831
OUTRAS CONTAS A PAGAR	1.402	1.384
TOTAL	7.301	7.215

12. Patrimônio Líquido

12.1 Capital Social

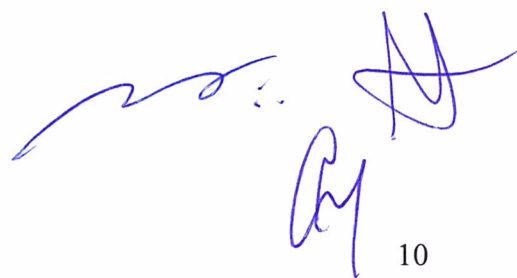
O capital social é de R\$ 43.583.815,59 (Quarenta e três milhões, quinhentos e oitenta e três mil, oitocentos e quinze e cinquenta e nove centavos), dividido em 31.000.000 (trinta e um milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. O Capital Social previsto no Estatuto da EGR publicado em 19 de setembro de 2012 através do Decreto nº 49.593 era de R\$ 1.000.000,00 sendo R\$ 500.000,00 integralizados. Houve a subscrição do capital social em dezembro de 2013 no valor de R\$ 30.000.000,00 com base na Lei nº 14.372 de 13 de dezembro de 2013 e no Decreto nº 51.034 de 17 de dezembro de 2013 e integralizado em 2014. Em 2018 houve a integralização de capital de R\$ 5.830.987,78 decorrente da incorporação dos juros de capital próprio.

12.2 Remuneração dos Investidores

No exercício de 2018 não serão distribuídos dividendos, tendo em vista a política da Companhia é de aplicar nas rodovias sob sua administração todos os recursos que arrecada, situação expressa em sua lei de criação nº LEI N.º 14.033, de 29 de Junho DE 2012 no art.7º : "§ 2º A receita referida no inciso I deste artigo será depositada em conta da EGR específica para cada praça de pedágio, devendo ser aplicada integralmente nas obras, serviços e demais investimentos na rodovia onde houve a arrecadação, deduzidos custos operacionais e tributários".

12.3 Reserva de Retenção de Lucros

Na reserva de retenção de Lucros de 2018 foi deduzido o valor de R\$ 4.241.080,69 referente ao prejuízo do exercício e incorporado R\$ 28.331,34 referente a ajuste de exercícios anteriores, permanecendo com o saldo de R\$ 40.202.971,51 em 31.12.2018.



13. Receita

Em atendimento ao CPC 26, a demonstração do resultado do exercício é apresentada a partir da receita líquida. Os valores decorrentes das deduções da receita bruta estão demonstrados a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
RECEITA DE ARRECADAÇÃO	296.995	243.343
(-) Deduções sobre a receita	(60.961)	(49.541)
PIS	(1.683)	(1.394)
COFINS	(7.767)	(6.434)
ISSQN	(11.049)	(9.235)
ISENTOS	(3.564)	(2.863)
MULTIPASSAGEM	(9.693)	(8.154)
ISENTADOS	(27.024)	(22.385)
VIOLAÇÃO	(181)	(110)
(-) REVERSÃO DE ISSQN		1.034
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	236.034	193.802

14. Custos dos Serviços Prestados

	31/12/2018	31/12/2017
CUSTOS OPERACIONAIS	(212.721)	(171.044)
Manutenção e Conservação Rodovias	(169.936)	(126.343)
Arrecadação e Manutenção de Instalações	(40.372)	(41.348)
Convênios	(2.393)	(3.334)
Outros custos	(20)	(19)

15. Despesas Operacionais

Conforme estabelece o CPC 26, segue a abertura das despesas por natureza:

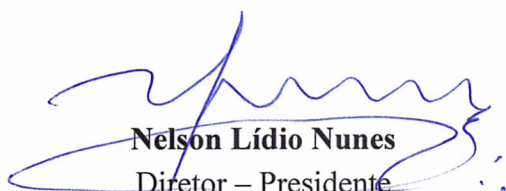
	31/12/2018	31/12/2017
DESPESAS OPERACIONAIS	(23.917)	(19.207)
Despesas Administrativas	(7.882)	(6.631)
Despesas com Pessoal	(10.934)	(10.881)
Despesas Comerciais	(2.188)	(1.695)
Doações	(2.913)	0

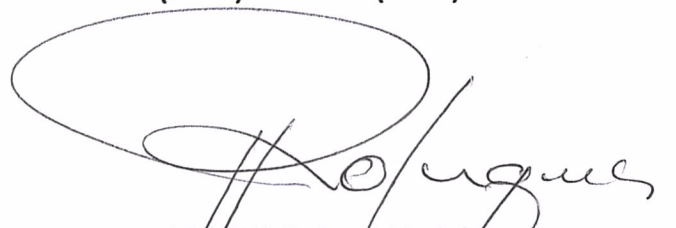


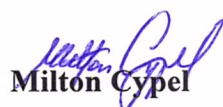
16. Resultado Financeiro

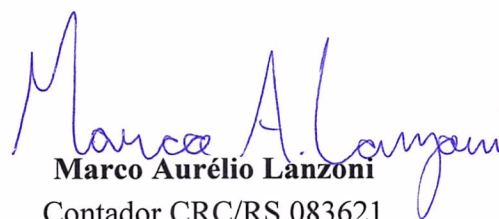
O resultado financeiro apresenta a seguinte composição:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
RECEITA FINANCEIRA		
Juros Ativos	7	7
Remuneração Financeira SIAC	1.359	3.773
Descontos Obtidos	549	328
Varição Monetária Ativa	110	12
TOTAL	2.025	4.120
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos e Juros de Mora	0,00	(0,6)
Despesas Bancárias	(0,5)	(0,4)
Juro Sobre o Capital Próprio	(5.898)	(5.830)
Varição Monetária Passiva	(0,5)	(1)
TOTAL	(5.899)	(5.833)


Nelson Lídio Nunes
 Diretor – Presidente
 CPF nº 150.698.340-53


Ney Michelucci Rodrigues
 Diretor Adm. e Financeiro
 CPF nº 237.646.270-34


Milton Cypel
 Diretor Técnico
 CPF nº 077.103.300-10


Marco Aurélio Lanzoni
 Contador CRC/RS 083621
 CPF nº 825.012.200-30

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O conselho de Administração da Empresa Gaúcha de Rodovias S.A., tendo examinado o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa e demais documentos da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2018 e 2019, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e tendo presente o teor do Relatório dos Auditores Independentes, manifesta-se pela aprovação, por unanimidade de votos, do conjunto de Demonstrações e Financeiras e, ainda, sem distribuição de dividendos, e que os lucros sejam incorporados na reserva de retenção de lucros.

Porto Alegre, 28 de Julho de 2021.

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EGR


João Stefanos Machado - Presidente
Secretaria de Logística e Transportes


Mário Rache Freitas
Secretaria do Planejamento,
Mobilidade e Desenvolvimento Regional